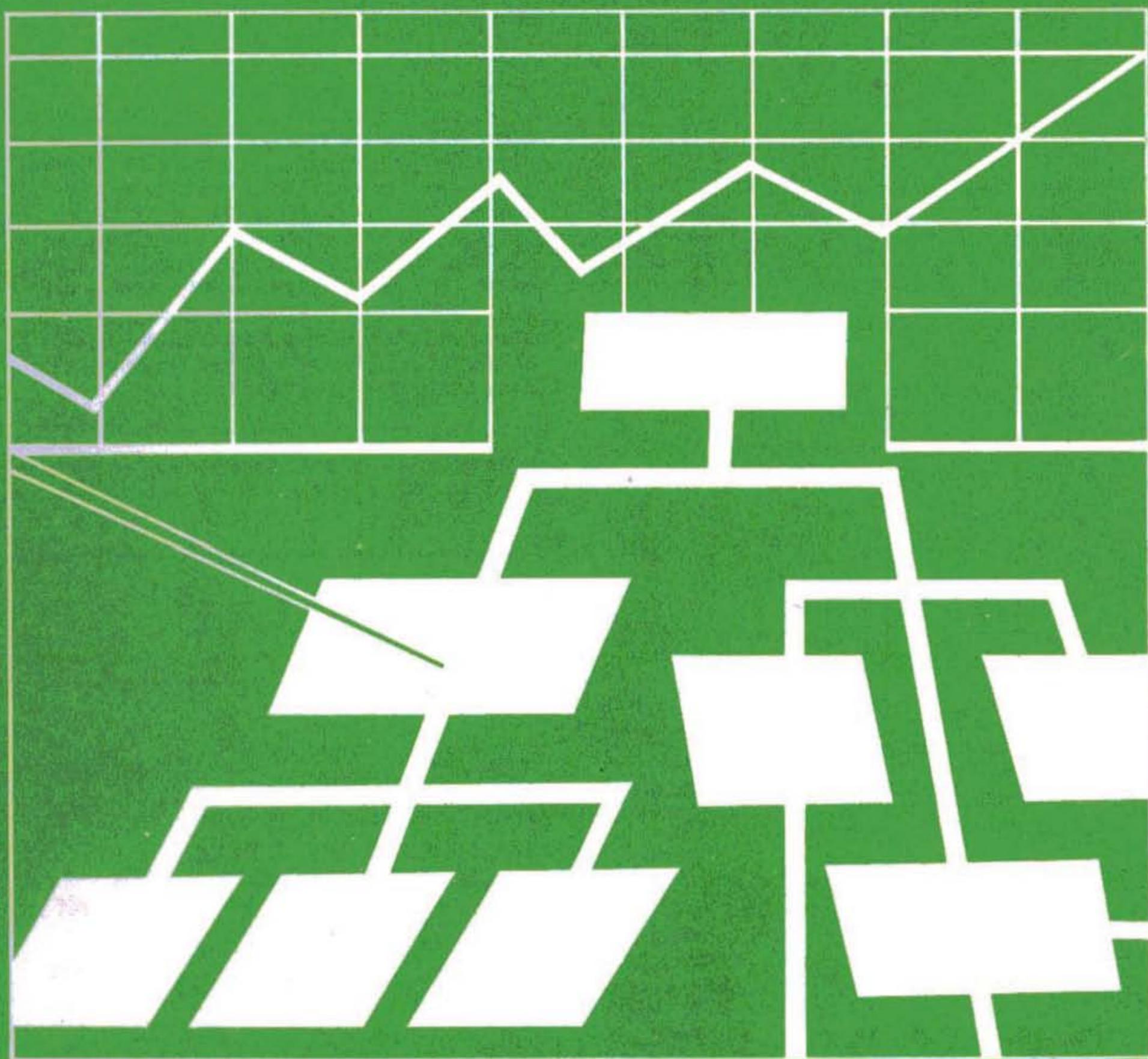


# convergência

SET — 1981 — ANO XIV — Nº 145



- **RELAÇÕES ENTRE JOVENS E ADULTOS NA VIDA RELIGIOSA**  
Frei Hugo D. Baggio, OFM — página 395
- **DEUS, RICO EM MISERICÓRDIA**  
Pe. Alberto Antoniazzi — página 408
- **COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE E TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO** — Frei Leonardo Boff, OFM — página 430

## CONVERGÊNCIA

Revista da Conferência  
dos Religiosos do Brasil

### Diretor-Responsável:

Pe. Décio Batista Teixeira, SDB

### Redator-Responsável:

Padre Marcos de Lima

### Direção, Redação, Administração:

Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4º andar  
20031 RIO DE JANEIRO — RJ.

---

### Assinaturas para 1981:

Brasil, taxa única (via terrestre ou aérea) .....	Cr\$ 790,00
Exterior: marítima .....	US\$ 17,00
aérea .....	US\$ 25,00
Número avulso .....	Cr\$ 79,00

---

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.

---

Composição: Linolivro S/C Ltda., Rua Correia Vasques, 25 — loja. 20211 Rio de Janeiro, RJ.

Fotocomposição: Estúdio VM — Composições Gráficas, Ltda., Rua Escobar, 75, s. 202. 20940 Rio de Janeiro, RJ.

Impressão: Oficinas Gráficas da Editora Vozes Ltda., Rua Frei Luís, 100 — 25600 Petrópolis — RJ.

---

### Nossa Capa

O homem é um animal simbólico. Conhece também pelos SINAIS. Pelo sinal que vê, descobre o que não vê. Um SINAL indiferente, neutro, apático, ambíguo (como nossa capa) não diz nada a ninguém. Não significa. Não visibiliza nem pressupõe nem se vincula ao lastro de realidades que escapam à percepção sensorial. Sem critério teórico de configuração mental, o SINAL é vazio de conteúdo real. Destituído também da marca básica de referência com realidades imateriais, não tem elã e deixa a gente perplexo. Um contra-senso: SINAL que não sinaliza. Exatamente, o que Você, Religioso e Religiosa, não pode ser. Cada qual tem o seu projeto e o seu caminho. Cada caminho tem o seu

grau e o seu grão de inteligibilidade. Cabe a cada um escolher aquela mediação, que julga mais adequada, para traduzir, pela simples presença, o que leva em si de mais imponderável e típico: SER O SINAL de que Deus está agindo. Para perceber este mistério dos SINAIS e ver, assim, por dentro, exigem-se comunicação recíproca e amor mútuo. O que Você e Convergência tentam realizar nestes anos todos com relação à Vida Religiosa. Em 1981, sua revista CONVERGÊNCIA, a Revista dos Religiosos do Brasil, que vive a serviço de arraigadas convicções, vai ser um estímulo para que Você não ceda ao conformismo e perca de vista o reino do faz-de-conta de quem não dedicou ainda atenção perceptível à força proveniente da afinidade essencial entre as coisas mais transcendentais e o seu simbolismo. E se confirme: SER SINAL fundamentalmente inteligível pelo que Você é, pelo seu modo específico de ser. Como ao ser segue o agir, suas ações e Você mesmo, haverão de ser sinais transparentes. Mãos à obra.

---

Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas do D.P.F. sob o nº 1.714-P.209/73.

---

## SUMÁRIO

---

EDITORIAL .....	385
INFORME DA CRB .....	387
RELAÇÕES ENTRE JOVENS E ADULTOS NA VIDA RELIGIOSA Frei Hugo D. Baggio, OFM .....	395
DEUS, RICO EM MISERICÓRDIA Pe. Alberto Antoniazzi .....	408
ÂNEXO I .....	418
ANEXO II .....	422
COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE E TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO Frei Leonardo Boff, OFM .....	430
LIVROS NOVOS .....	441
MORAL E PSICOLOGIA Avaliação do Curso .....	444

# EDITORIAL

A partir do Vaticano II, sobretudo com a Constituição Pastoral **Gaudium et Spes**, a consciência da Igreja a respeito da sua presença no mundo e da sua inserção no tecido social da existência humana cresceu e foi se precisando sempre mais.

Entre nós, na América Latina, e mais concretamente no Brasil, esta consciência a partir de Medellín, reforçando-se com Puebla, ganhou contornos definidos e, sobretudo, provocou uma série de práticas eclesiais, que são como que a conseqüência natural deste processo. Por sua vez, estas práticas fizeram crescer tal consciência, tornando-a sempre mais lúcida e penetrante.

Nesta dinâmica, se compreende que os problemas e as contradições, do nosso contexto social, considerado este como o lugar histórico e geográfico da evangelização, sejam vistos em toda a sua crudeza e analisados a partir de suas causas estruturais. Por sua vez esta clara percepção da realidade vai gerando uma recompreensão da missão evangelizadora.

Nesta nova visão pastoral do Continente a libertação cuja finalidade última é escatológica e cuja força teologal atinge a raiz pessoal do pecado, mas que se esvazia se não se mediatiza em práticas referidas explicitamente ao contexto social, adquire extraordinária importância. O anúncio

da Boa Notícia do Reino aos nossos povos tem que ser um anúncio de libertação, que os conduza progressivamente a mais comunhão e mais participação, possibilitando na história o acontecer efetivo desse mesmo Reino. Tal anúncio leva consigo a denúncia de todas as formas históricas e intramundanas de negação do desígnio de Deus para o homem e que constituem o "não-Reino".

Este processo não se faz sem tensões e, muitas vezes, sem conflito. Na ambigüidade dos acontecimentos incide a Palavra de Deus, viva e eficaz, como força discernidora. E desta mesma ambigüidade brota a palavra de Yaveh, como exigência de conversão, de mudanças que atinjam o coração do homem e o "coração" das estruturas. Viver à escuta desta Palavra viva de Yaveh que interpela, questiona e converte, é tão fundamental para a Igreja hoje como o foi para o Israel da Antiga Aliança. E o é também para a vida religiosa, esta porção do Povo de Deus que encarna na história uma vocação carismática e profética.

Neste mês de setembro, a Igreja do Brasil chama a atenção de todos para esta Palavra de Yaveh. A Bíblia será especialmente lida, meditada, divulgada e estudada nas paróquias, nas famílias, nas comunidades eclesiais de base. E em todos estes contextos e ambientes eclesiais a palavra de Yaveh se confron-

tará com a vida e reverterá sobre a vida, até que "todo outeiro seja aplainado e todos os caminhos tortuosos se convertam em sendas de justiça".

Neste mês e sob a forte interpelação da **Palavra de Deus, Convergência** focaliza em suas páginas alguns problemas e realidades importantes para a vida religiosa hoje.

O artigo de **Fr. Hugo Baggio, OFM**: "Relações entre jovens e adultos na Vida Religiosa" apresenta uma das tensões características do atual momento histórico. Numa visão realista e positiva do fenômeno, o autor nos lembra que "a VR, justamente por ser vida, é dinâmica, e com isto é fluxo sempre novo. Não é um leito cavado por onde as águas correm mansamente... A história existe porque a conservação das obras humanas coloca às diferentes gerações a questão de aceitar ou recusar a herança do passado".

**Pe. Alberto Antoniazzi**, no seu artigo "Deus, rico em misericórdia", apresenta de maneira sugestiva e clarividente algumas pistas de reflexão em torno à última encíclica de João Paulo II. O objetivo da sua reflexão é ajudar os Religiosos a confrontar a própria vida e espiritualidade com as sérias exigências que contém a palavra do Pontífice, que, por sua vez, se constitui numa clara ressonância da Palavra de Deus, e que une admiravelmente a voz do Evangelho e a esperança dos pobres. Por isto o autor procura

"situar o texto da Encíclica com relação a outros elementos do nosso mundo, que fazem parte da nossa existência cristã e da Vida Religiosa".

O artigo de **Fr. Leonardo Boff, OFM**, "Comunidades eclesiais de Base e Teologia da Libertação" põe em evidência que "há uma conexão muito estreita entre o fenômeno das comunidades eclesiais de base e a teologia da libertação. No contexto latino-americano, um não pode ser pensado sem a outra. São dois momentos de um mesmo processo de mobilização do povo e de um processo que parte do povo". Abordando separadamente cada um destes pólos, o autor dá maior clareza ao tratamento do assunto, fazendo ressaltar a sua importância na conjuntura atual da nossa Igreja.

Na parte dedicada às notícias da CRB, é publicada ampla notícia da última reunião conjunta da Presidência da CNBB com a Diretoria Nacional da CRB. Os anexos 1 e 2 dizem referência ao assunto central desta reunião: "A redistribuição das forças apostólicas na Igreja do país". Ao publicá-los em **Convergência** esperamos estar contribuindo para este processo de sensibilização dos Religiosos para este aspecto candente da vida da nossa Igreja e que nos atinge diretamente como pessoas e instituições chamadas a ocupar os postos de vanguarda evangelizadora.

**Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI**

# INFORME

## CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL

---

### II ENCONTRO DE DIRETORAS E PROFESSORAS DE ESCOLAS DE ENFERMAGEM

Alto da Boa Vista, 27-30/05/81

Realizou-se de 27 a 30 de maio no Alto da Boa Vista — Rio/RJ, no Educandário Sagrado Coração de Jesus, o II Encontro de Diretoras e Professoras de Escolas de Enfermagem, promovido pela Conferência dos Religiosos do Brasil sob a Coordenação do Grupo de Trabalho de Saúde (GTS).

**Objetivo Geral.** Levar os religiosos que atuam na formação de profissionais de Saúde a redescobrirem sua identidade e missão e ao mesmo tempo situar as escolas no contexto das necessidades da saúde hoje e do clamor do povo na linha de Puebla.

Participaram 25 pessoas provenientes de 9 Estados sendo: 7 do Rio de Janeiro, 4 de Minas Gerais, 6 de São Paulo, 3 de Goiás, 2 do Paraná, 1 da Paraíba, 1 do Espírito Santo, e 1 do Rio Grande do Sul.

Dia 27/05 às 20 hs. — Abertura do Encontro. Irmã Maria Vilani Rocha de Oliveira, Secretária Executiva, saudou os participantes em nome da Diretoria da CRB/Nacional. As Irmãs Ma. Olímpia Nogueira e Dulce Bastos coordenaram a dinâmica de apresentação.

Dia 28/05 — Tomada de Consciência do conteúdo do 1º Encontro de Diretoras de Escolas de Enfermagem com análise crítica do mesmo. À tarde, Jorge Vicente Muñoz, integrante do Grupo

Nova Pesquisa, Assessoramento e Avaliação em Educação, brindou o Grupo com uma excelente colocação sobre "A Educação libertadora frente à realidade brasileira e os questionamentos que ela impõe às Escolas".

Sua grande pergunta foi: O que significa, na prática, educação libertadora?

O problema se coloca em 2 níveis:

1 — Em nível de escola. 2 — Em nível de povo.

— É importante que se reveja em nossas escolas as formas de dominação e poder.

— Criar condições para o povo se manifestar, deixar espaço para ele.

Dia 29/05 — Identidade e missão à Luz de Medellín, Evangelii Nuntiandi e Puebla. Colocação feita pelo Pe. Júlio Munaro partindo de um enfoque nosso das escolas. Mostrou-nos que ao assumirmos a Escola, assumimos um compromisso com a sociedade. Assumimos também a responsabilidade com os alunos orientando-os para esta visão de saúde. Portanto, assumimos:

- a função técnica
- uma visão humana de profissão
- uma visão social (comunidade)
- uma visão cristã (nossa)

Ponderações feitas pelos grupos: Algumas idéias que poderão possibilitar as nossas escolas de profissionais de saúde viver um enfoque mais **EVANGÉLICO e ECLESIAL**.

1. No início do ano letivo reunir os professores para se estudar os objetivos da Escola concernentes à formação profissional, formação cristã.

2. Dinamizar a Escola através da reflexão sobre "Educação libertadora".

3. Conscientizar os professores, através de cursos, a assumirem as grandes linhas da Igreja, para que sejam capazes de formar agentes de transformação e de evangelização.

4. Abertura da Escola para inserção e participação na Comunidade.

Dia 30/05 — URGÊNCIAS E PRIORIDADES nas Escolas de Enfermagem, na linha do VER, JULGAR e AGIR.

#### **VER:**

— Identificação com o sistema social vigente (não evangélico).

— Falta de espaço para a participação e criatividade do aluno.

— Não respeito à cultura do povo.

— Dificuldade para a aplicação dos cuidados primários, devido à infra-estrutura em que vive a maioria da população.

— A discrepância entre teoria e prática, comprometendo a competência profissional.

— Prioridades às matérias de formação geral, em detrimento às profissionalizantes.

— Falta de mercado de trabalho para o profissional graduado.

— A situação financeira das Escolas que ameaça o seu fechamento.

#### **JULGAR:** Constata-se que:

1. A Escola Católica é explicitamente evangelizadora.

2. A Escola é forjadora de agentes de transformação.

3. O Evangelho mostra que Cristo se preocupa com a saúde do povo, a partir das necessidades sentidas do mesmo povo.

4. A Escola Católica tem um compromisso com o povo.

#### **AGIR:**

a) A nível de formação geral:

— Evitar a dominação.

— Permitir maior participação dos alunos, partindo de suas próprias necessidades, deixando-os descobrir soluções, dentro do processo educativo.

— Despertar o senso crítico dos alunos, em vista da realidade brasileira e enfoques eclesiais.

— Promover maior integração dos professores, em função dos objetivos da Escola à luz dos Documentos da Igreja.

b) A nível de formação para a saúde:

— Despertando nos alunos a necessidade de integração nos movimentos de saúde da comunidade.

— Elaborar projeto de pesquisa junto às Escolas para descoberta de prioridades e urgências a serem atacadas.

— Desenvolver programas de cuidados primários em articulação com a Secretária de Saúde, Conselhos Comunitários de Saúde e CEBs.

c) A nível da formação de Enfermagem propriamente dita:

— Estudar meios de captação de recursos para execução dos objetivos da Escola, visando à formação de profissionais e ocupacionais de saúde.

— Selecionar, no início e decorrer do curso, os alunos quanto a traços pessoais e profissionais desejáveis para o exercício da profissão.

— Proporcionar adequado acompanhamento dos alunos no decorrer do curso, em clima de fraternidade, na linha do ser e não do ter e fazer.

### **Sugestões apontadas**

— Sugere-se que estes encontros sejam realizados nos recessos, feriados, férias escolares.

— Que haja participação de elementos da ABEn-COREN, COFEN.

— Que as Escolas recebam também de suas Provinciais, o convite para a participação aos Encontros. Isto é importante.

— Que se dê uma ajuda financeira àquelas que vem de mais longe.

## **REUNIÃO DA PRESIDÊNCIA DA CNBB COM A DIRETORIA NACIONAL DA CRB**

Rio de Janeiro, 27/04/81

Realizou-se no dia 27/04/81, na Sede da CRB Nacional, rua Alcindo Guanabara, 24/4º andar, Rio de Janeiro, a reunião da Presidência da CNBB com a Diretoria Nacional da CRB. Participaram por parte da CNBB: D. Ivo Lorscheiter, Presidente; D. Clemente Isnard, Vice-presidente; D. Luciano Mendes de Almeida, Secretário-Geral; D. João Batista Przyklenk, responsável na CEP pelo setor da Vida Consagrada; D. Angelo Froisi, responsável na CEP pela linha 2 — Ação Missionária. Por parte da CRB, Pe. Décio Batista Teixeira, Presidente; Diretores: Pe. Dionisio Schiuchetti, Ir. Maria de Fátima Maron Ramos, Ir. Cléa de Castro Neves, Ir. Maria das Graças Martins, Irmã Ernestina Costa, Pe. Manuel Maria Losada, Ir. Silvino José Fritzen, Pe. José Belmiro de Mello Filho. Secretárias Executivas: Ir. Maria Carmelita de Freitas, Ir. Vilani Rocha de Oliveira, Ir. Maria do Carmo Costa. Esteve presente, também, como Assessor o Pe. Martinho Lenz, da CNBB-linha 6. Logo após a recitação da oração da manhã, D. Luciano Mendes abriu a reunião, indicando que D. Ivo Lorscheiter chegaria um pouco mais tarde. Lembrou a importância que tem a Vida Religiosa na Igreja do Brasil e como constitui motivo de alegria a união e o trabalho conjunto das

duas Conferências. Enfatizou o significado do tema de estudo da presente reunião: a redistribuição das forças apostólicas na Igreja do Brasil. Fez, em seguida, a apresentação da pauta, que ficou assim constituída:

1. Resultado do trabalho do grupo constituído para o estudo do documento "Normas Diretivas para a colaboração das Igrejas Particulares entre si e especialmente para melhor distribuição do clero no mundo".

### **2. Comunicação**

2.1. Encontro do Presidente e Diretores da CRB em Roma com a SCRIS; Secretaria de Estado (Mons. Casaroli e Mons. Martinez); Sagrada Congregação dos Bispos. Sugestões de pontos a serem tratados: — visão da Vida Religiosa no Brasil; — relacionamento da CNBB com a CRB; — outros possíveis assuntos.

2.2. Assembléia Geral do CELAM.

2.3. Curso promovido pela CRB sobre problemas psicológicos e morais.

### **3. Diversos**

3.1. Relacionamento dos Religiosos com a hierarquia.

### 3.2. Estatuto do Estrangeiro.

### 3.3. Campanha da Fraternidade de 82.

**Item 1:** O Pe. Décio Teixeira justificou a ausência dos Diretores Ir. Claudino Falchetto e Ir. Ma. Luiza Piva, ambos em viagem fora do país, e introduziu o assunto, lembrando que a última reunião conjunta, realizada em Brasília no dia 25/11/80, constituiu um grupo misto (CNBB/CRB) para o estudo do documento "Normas Diretivas para a colaboração das Igrejas particulares entre si e especialmente para melhor distribuição do clero no mundo". Passou a palavra à Ir. Maria Carmelita, que fez a apresentação do texto elaborado pelo grupo misto como resultado do seu trabalho (**Conf. anexo 1**). O Pe. Martinho Lenz explicou a interpretação feita por ele da pesquisa sobre a situação das Igrejas carentes, realizada pela linha 2 da CNBB (**Conf. anexo 2**). D. Luciano Mendes agradeceu ao Pe. Martinho a sua valiosa contribuição e abriu o diálogo sobre o assunto. Observou-se que a comissão realizou um bom trabalho. Foi feita a proposta de se encaminhar um dossiê completo do assunto aos Dicasterios Romanos correspondentes, a título de informação. Seguiu-se uma discussão sobre esta proposta, chegando-se à seguinte conclusão aprovada por unanimidade: Enviar à Secretaria de Estado, às Sagradas Congregações para os Religiosos e Institutos Seculares; para o Clero, para os Bispos; para a Evangelização dos povos; à União de Superiores Gerais (USG); à União Internacional de Superiores Gerais (UISG) uma carta explicando o trabalho realizado pelas duas Conferências, acompanhada de um dossiê completo sobre o assunto, que incluirá: as conclusões do grupo misto, a pesquisa sobre as Igrejas carentes, a interpretação desta pesquisa; as conclusões da pesquisa sobre as Igrejas-irmãs; os critérios para a distribuição de recursos humanos. A carta será assinada por D. Ivo Lorscheiter, presidente da CNBB, e pelo Pe. Décio B.

Teixeira, presidente da CRB. Observou-se que, além desta informação aos organismos de Roma, é necessário dar ampla divulgação aos resultados destes estudos, com o fim de motivar os religiosos, o clero e os leigos, para esta redistribuição de forças apostólicas. Foram examinadas então as propostas do grupo misto, que constam do nº 5.2, do texto das conclusões. Opinou-se que a melhor maneira de fazer esta divulgação seria através da publicação de um fascículo, que poderia incluir-se na coleção "Estudos da CNBB", ou que poderia ser editado conjuntamente pela CNBB e CRB. Fez-se notar que esta publicação não deveria excluir outros veículos de comunicação, tais como boletins da CNBB (nacional e regionais); da CRB (nacional e regionais); assembleias regionais de CNBB e CRB; revistas, etc. Para esta divulgação foi sugerido que as pesquisas feitas e que apresentam certas lacunas, sejam completadas, na medida do possível, com os dados do CERIS; posto que este ano deve sair o novo anuário. Indicou-se ainda que o fascículo a ser publicado deve conter também a íntegra do documento em questão — "Normas diretivas para a colaboração das Igrejas particulares entre si, e especialmente para melhor distribuição do clero no mundo". Além disto o fascículo poderia incluir critérios e motivações para um deslocamento válido, e perguntas ou roteiros que ajudassem a reflexão das comunidades sobre o assunto. D. Ivo colocou em votação estas propostas: a) publicação de um fascículo, com o conteúdo acima mencionado; b) divulgação dos resultados deste trabalho, através dos vários canais de comunicação citados. As duas propostas foram aprovadas por unanimidade. Às 14 horas, com a oração do meio-dia, foram retomados os trabalhos continuando-se o estudo do item 1. Foi observada a necessidade de uma complementação de dados sobre a situação da Igreja do Brasil, no referente à distribuição de forças apostólicas. Sugeriu-

se pedir ao CERIS um novo levantamento de dados. Opinou-se, porém, que isto requereria muito tempo e que será melhor coletar os dados por vias mais simples e mais rápidas. Fez-se, então, a proposta de enviar aos Superiores Maiores do Brasil um questionário sobre a distribuição de forças apostólicas realizada pela sua Congregação ou Província. O questionário deveria perguntar pelo envio, nos últimos anos, de pessoas ou comunidades para: regiões carentes (prelazias, dioceses pobres); áreas rurais carentes; áreas urbanas carentes (periferia, cortiços); situações especiais (índios, imigrantes); missões fora do país. O questionário deveria ainda perguntar pelo tipo de trabalho apostólico assumido nessas regiões e pelo tempo de permanência lá. A proposta do envio deste questionário foi aprovada por unanimidade e encarregou-se à linha 2 da CNBB, juntamente com o Pe. Martinho Lenz e a Irmã Maria Carmelita de Freitas da execução da tarefa de montar o questionário. O envio será feito pela CRB. Passou-se então a examinar a sugestão 5.3. do grupo misto e que propõe que haja uma pessoa liberada para coordenar todo este trabalho começado pelo grupo misto. Surgiram várias opiniões: — Não parece fácil conseguir uma pessoa a tempo pleno para assumir esta tarefa. — Se se completasse o grupo do CENFI/SCAI com mais um elemento, como se pretende, então este elemento poderia assumir também este papel. — A Secretaria Geral da CNBB poderia assumir o papel de coordenação do trabalho; — ficaria então a critério do secretário geral a escolha de outra pessoa para colaborar. O trabalho é específico da linha 2 e da CRB, logo deverão ser pessoas destes organismos que se responsabilizem pelo trabalho. Depois de discutidas as várias opiniões chegou-se à seguinte conclusão aprovada por unanimidade: confirmação do grupo misto de trabalho constituído dos seguintes elementos: — CNBB: D. Angelo Frosi (linha 2); Pe.

Gaetano Maiello (POM); Pe. José Belmiro de Mello Filho (COMINA); Ir. Ida Oliveira (CENFI/SCAI); CRB: Pe. Dionísio Schiucetti e Irmã Maria Carmelita de Freitas. O Pe. Martinho Lenz será o técnico a quem o grupo misto recorrerá sempre que for necessário. A coordenação do grupo ficará a cargo do Bispo da linha 2, em entendimento com a Secretaria Geral da CNBB e a CRB.

**Item 2: Comunicação: 2.1. Viagem do Presidente da CRB a Roma.** O Padre Décio Batista Teixeira comunicou o convite que recebeu do presidente da USG, para participar da próxima reunião deste organismo em Roma, na última semana de maio. Aproveitando a viagem, pensa fazer uma visita à Sagrada Congregação para os Religiosos e Institutos Seculares, a fim de dar uma detalhada informação sobre a Vida Religiosa no país. Esta visita lhe foi sugerida pelo próprio Cardeal Prionio, que a considera de grande conveniência. Será acompanhado, nesta visita, por alguns Diretores que estarão em Roma nesta época, bem como por um membro do Executivo. D. Ivo crê importante que nesta reunião com a Sagrada Congregação se tratem os seguintes aspectos: a) O esforço de aprofundamento espiritual e pastoral que estão realizando os Religiosos do Brasil, os esforços e iniciativas intercongregacionais: cursos, retiros, destacando-se o CETESP. Tudo muito documentado. b) O florescimento vocacional; a evolução da Vida Religiosa no país. c) O relacionamento tão positivo entre a CNBB e a CRB; relacionamento eclesiológicamente certo: duas Conferências que se regem por seus estatutos próprios, sendo que em questões de pastoral os Religiosos reconhecem e acatam a autoridade dos Bispos. Observou-se ainda que seria bom fazer notar a não existência de magistério paralelo, reconhecida tanto pela CNBB como pela CRB. **2.2. Assembléia Geral do CELAM** — D. Ivo Lorscheiter informou sobre a última assembléia do CE-

LAM, realizada no Chile em março p.p., indicando que durante a mesma foi eleito o novo Presidente do Departamento de Religiosos: Mons. Obando Bravo, Arcebispo de Manágua. **2.3. Curso promovido pela CRB sobre problemas psicológicos e morais:** O Pe. Décio informou sobre a próxima realização, nos dias 8, 9 e 10 de maio, de um curso sobre os referidos problemas. O curso foi solicitado por provinciais e formadores, dada a incidência de casos deste gênero que se vêm notando ultimamente.

**Item 3: Diversos:** **3.1. Relacionamento dos Religiosos com os Bispos nas próprias dioceses.** Foram lembrados alguns casos que se deram ultimamente nesta linha. Foi lida e comentada a carta dos Bispos do Leste I ao provincial dos Franciscanos a respeito de dois artigos publicados na revista "Grande Sinal". Opinou-se que o assunto já foi suficientemente tratado no nível do Regional e que, portanto, não parece conveniente insistir no mesmo. Foi dada uma informação sobre o processo da transferência do teologado dos Jesuítas para Brasília, indicando-se como está neste momento o assunto. **3.2. Estatuto do Estrangeiro:** D. Luciano Mendes de Almeida deu uma detalhada informação sobre o assunto, fazendo notar o esforço realizado pela CNBB para conseguir uma reelaboração do referido estatuto que contemple e respeite os direitos fundamentais da pessoa. Indicou ainda como estão neste momento as gestões da CNBB junto aos órgãos governamentais correspondentes. O Pe. Décio perguntou se seria conveniente que a CRB se manifestasse publicamente sobre o assunto. Houve unanimidade em responder que sim e ficou decidido que naquele mesmo dia seria enviado um telegra-

ma ao Ministro da Justiça e que logo depois da nota oficial de D. Ivo, a CRB Nacional entregaria também uma nota à imprensa, apoiando a posição da CNBB. **3.3. Campanha da Fraternidade de 82:** D. Luciano Mendes indicou que, suposto o tema da Campanha da Fraternidade de 82 — Educação — seria interessante oferecer aos religiosos subsídios de reflexão. O Pe. Décio informou sobre o trabalho que, nesta linha, está sendo desenvolvido pelo GRE (Grupo de Reflexão sobre a Educação), e pela equipe de reflexão teológica da CRB Nacional. Informou ainda sobre a sua presença na reunião do Conselho Superior da AEC, em abril, e sobre o próximo seminário a ser realizado conjuntamente pela CRB e pela AEC, sobre a Educação como missão do religioso. D. Ivo Lorscheiter lembrou que no próximo mês de maio se celebrará o jubileu das encíclicas sociais e perguntou que se pode fazer, em nível de CNBB e CRB, por ocasião do referido jubileu. O assunto entrará na pauta da CEP deste mês. O Pe. Martinho Lenz lembrou que está para sair a tradução do livro "Fé Cristã e Compromisso Social", que pode ser considerado uma leitura latino-americana das referidas encíclicas. Passou-se à avaliação da reunião, considerada muito positiva pelos participantes que destacaram os seguintes rasgos positivos: — "afeto colegial" entre as duas Conferências. — Clima de esperança — Trabalho muito bom do grupo misto e decisões interessantes sobre o assunto. Ficou determinada a data da próxima reunião: 27 de novembro de 81, em Brasília, imediatamente após a CEP daquele mês. Com a celebração da Eucaristia, encerrou-se este dia de trabalho conjunto das duas Conferências.

---

### Importante

À página 390, coluna da esquerda, se faz referência aos ANEXOS 1 e 2. São textos importantes a respeito da colaboração das Igrejas Particulares entre si e da situação das Igrejas nas Regiões Missionárias. Vá à página 418 e 422. Lá estão estes anexos. Leia e examine.

# GRANDES RUPTURAS SÓCIO-CULTURAIS E ECLESIAIS

Promovido pela CRB/Nacional e ministrado pelo Pe. J.B. Libânio, SJ, o curso realizou-se no Convento Madre Regina, em Petrópolis/RJ, de 24 a 27 de junho. Entre Gerais, Provinciais, Conselheiros, Formadores, Animadores de Comunidades, participaram 106 pessoas e 52 congregações.

A dinâmica do Curso possibilitou a organização de nove grupos de vivência do Tema Central do Curso. Os grupos viveram ricas experiências de partilha e comunhão.

Foi evidente na avaliação global a riqueza, a densidade e atualidade do conteúdo que respondeu plenamente à necessidade do momento atual, a profundidade e o equilíbrio com que foi tratado o assunto. A personalidade simples, cativante e competente do Pe. Libânio, deixou os participantes impressionados pelo testemunho de sua coerência ao manifestar que vive o que expõe. Colhemos alguns depoimentos que demonstram o grau de satisfação dos participantes.

— O Curso foi excelente, esclarecedor, portador de esperança.

— Suscitou sérios questionamentos para a mudança.

— Através da análise (compreensão e explicação) dos momentos históricos, compreendemos melhor a situação da Vida Religiosa, suas dificuldades, impasses e angústias.

— A explicação sobre a "Ruptura" abriu novos horizontes a respeito da Vida Religiosa, votos e trabalho apostólico.

— Esclareceu questões controvertidas no conjunto das reflexões que são feitas nas Comunidades no nível da formação inicial e permanente.

— Foi um estímulo, um encorajamento para que assumamos com mais **CO-RAGEM** as tarefas apostólicas de Comunhão e Participação nos movimentos de **LIBERTAÇÃO**.

— A ruptura de **MEDELLIN-PUEBLA** rasgou horizontes largos de compreensão quanto aos votos, principalmente a Pobreza.

— A experiência de Deus no **POBRE** como critério de verificação de sua autenticidade, exige de nós "Conversões duras".

— Captar o elemento novo de Medellín-Puebla em relação ao Vaticano II é algo de muito importante para compreendermos a posição da Igreja na América Latina e não nos determos em considerações e explicações ingênuas.

— Cursos dessa envergadura é **URGENTE** e inadiável para captarmos melhor a verdadeira **MISSÃO LIBERTADORA**.

— O tema situa-nos na realidade global da Vida Religiosa e nos faz olhá-la com maior **PAZ** na contínua inquietação em que caminhamos.

— **Expositor.** Melhor dos expositores. Um "show-man". **Alegre**, entusiasta, equilibrado. Abriu pistas, transmitiu esperança.

## Sugestões

— Sugerimos que a CRB/Nacional nos proporcione: Cursos sobre **CONSCIÊNCIA POLÍTICA**. Cursos sobre **Psicologia Aplicada** à formação dos futuros religiosos. Cursos sobre **FÉ** e **POLÍTICA** para as Comunidades inseridas. Cursos para **FORMADORES** com uma equipe polivalente.

— É urgente repetir o Curso Grandes Rupturas com uma duração maior.

— Um Curso sobre "Rupturas" para as Congregações Brasileiras.

— Um Seminário para formadores abordando o tema: "Educação como prática libertadora".

— É necessário e urgente realizar cursos dessa envergadura nas regiões Norte, Nordeste e Sul. Muitas Congregações têm dificuldade de deslocamento de suas sedes ou regiões para os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

### Avaliação GLOBAL do CURSO

1. QUANTO AOS OBJETIVOS DO CURSO	Ruim	Bom	Ótimo
1.1. Como qualifica o conteúdo	1,2	8,9	89,9
1.2. Quanto à explicação do conteúdo	—	7,6	92,4
1.3. Meu aproveitamento pessoal	5,2	67,9	26,9
1.4. O conteúdo atendeu às minhas aspirações	3,8	20,5	74,5
2. QUANTO À ORGANIZAÇÃO			
2.1. O expositor (Pe. Libânio)	—	2,5	97,5
2.2. Coordenação Geral	3,8	17,9	78,3
2.3. Coordenação dos Grupos	33,3	46,1	12,9
2.4. Trabalho de Equipes	43,5	42,3	10,8
2.5. Dosagem da Carga Horária	14,1	46,1	37,4
2.6. A Vivência Litúrgica	15,3	64,1	15,5
2.7. Serviço de Secretaria	3,8	28,2	68,6
2.8. O Ambiente Físico	3,8	26,9	69,3
2.9. Alojamento	5,1	30,7	64,2
2.10 Alimentação	6,4	35,9	57,7
3. QUANTO À APLICABILIDADE			
3.1. Você acha o conteúdo aplicável à sua realidade de província? SIM = 93. NÃO = 07.			
3.2. Você se empenhará em aplicar o conteúdo apresentado na sua Província? SIM = 94. NÃO = 06.			

### A misericórdia em quatro tempos

**Primeiro.** A palavra e o conceito de misericórdia parecem causar mal-estar ao homem contemporâneo, João Paulo II, Dives in Misericordia, 8. **Segundo.** Receber misericórdia de seu semelhante pode significar para o homem perder o último bem que lhe resta: a sua dignidade. **Terceiro.** Bem-aventurados os misericordiosos porque alcançarão misericórdia, Mt 5,7. **Quatro.** A misericórdia não é categoria freqüente na teologia moderna. A **RATIO**, o cálculo, é o seu instrumento privilegiado do conhecimento de Deus. E onde ficam as manifestações históricas concretas, sobretudo, a pessoa e a atuação de JESUS de Nazaré: quem me vê, vê o Pai, Jo 14,9?

# RELAÇÕES ENTRE JOVENS E ADULTOS NA VIDA RELIGIOSA

*Não deveria haver sucessão de gerações, mas interpenetração de gerações. Só assim se evitariam os hiatos e as esperas e a fatal necessidade de começar tudo de novo, quando o progresso é transformação e conservação, dentro da continuidade contra a qual não poucos preconceitos alimentamos.*

**Frei Hugo D. Baggio, OFM**  
Guaratinguetá, SP

## **1. Conflito de gerações e progresso**

Penso que, em todos os tempos, existiu um conflito de gerações na VR, pois, nas comunidades e institutos, constantemente, gente nova bate à porta para começar a caminhar com gente que já há mais anos tenta a experiência e se encontra já na fase idosa e madura desta mesma experiência. Afinal, fenômeno perfeitamente normal. Bem como é perfeitamente normal também que haja diferenças acentuadas entre os dois grupos, tão acentuadas, por vezes, que chegam a gerar sérias dificuldades, emperrando a caminhada. Estas dificuldades, por sua vez, longe de serem elementos desagregativos, devem ser vistas como elementos formativos, pois de ambos os la-

dos exigem um empenho vigoroso e sincero para buscar um ponto de convergência, que atraiu a cada um, já antes de operar-se o encontro na comunidade.

É esta caminhada rumo ao ponto de convergência que nos parece extremamente importante. Pede que, em todos os momentos históricos, seja perscrutada e esquadrihada com carinho e sabedoria, pois não existe uma norma preestabelecida para enfrentar estes momentos, gravada em algum manual, da qual se pode lançar mão quando a febre cresce na comunidade. A vida religiosa — justamente por ser vida — é dinâmica e com isso é fluxo sempre novo. Não é um leito cavado por onde as águas correm mansamente. É antes tentativa de abrir caminho em terra bruta e desconheci-

da. Como novas são as gerações que chegam, novos são os choques produzidos. Novos também, é lógico, os conflitos gerados e, por conseguinte, novos os remédios reclamados e buscados.

Não se trata de abafar, simplesmente, o patrimônio novo dos que vêm chegando, nem de substituir o patrimônio dos que já estão caminhando há mais tempo. Importa ter a sabedoria que sabe esmagar as uvas verdes e as maduras e produzir um vinho uniforme e saboroso — com corpo e alma como diz a propaganda — que sacie e permaneça sem se corromper aos primeiros embates da realidade. Portanto, não só **transformar** uva em vinho, mas **conservar** o vinho vinho. Um autor moderno, Raymond Aron, a propósito do progresso fala com muita propriedade: “A história humana implica, em sua essência, em conservação; não é apenas transformação: supõe que os homens vivam em instituições, criem obras, e que estas instituições e obras durem. A história existe porque a conservação das obras humanas coloca às diferentes gerações a questão de aceitar ou recusar a herança do passado. O ritmo do devenir, segundo os setores da vida social, depende da natureza da resposta de uma geração à obra das gerações precedentes. A conservação permite o progresso enquanto a resposta de uma geração à precedente consistir, simultaneamente, em conservar o que foi adquirido e acrescentar novas aquisições” (1).

Deste trecho, penso que poderemos destacar alguns pontos que nos levam a refletir e tirar conclusões:

— A história humana implica conservação e transformação, igualmente a história das comunidades humanas, ponto vivo desta história.

— A história se faz colocando a cada geração a questão de aceitar ou rejeitar a herança do passado.

— Os homens vivem em instituições, criam obras e tanto as instituições quanto as obras nascem com o propósito e a intenção de durar.

— O ritmo do devenir, isto é, a intensidade com que o progresso vai tomar conta da realidade, depende da resposta de uma geração à obra das gerações precedentes.

— Haverá progresso enquanto a resposta não se reduzir ao mero conservar, nem ao simples adquirir, mas enquanto houver harmoniosa conjugação de conservar e acrescentar.

Uma coisa nos aparece então: o relacionamento das gerações é algo importante e básico. Não se estabelece ele apenas, porém, no nível do assumir os fatos e os acontecimentos ou de provocá-los, pois o diálogo não existe apenas porque há passagem de palavra de um a outro, mas porque existe um fundamento, um substrato, uma base que me capacita a receber e compreender o relacionamento que me vem do outro e faz brotar em mim o relacionamento que vai bater no outro e é por ele assimilado. A vida religiosa também ela insere-se na dinâmica do crescimento ou do progresso que se deve tornar uma conquista permanente ou uma sucessão de conquistas. E este progresso existe e se

aperfeiçoa na medida em que a totalidade dos indivíduos de um grupo bem caracterizado e determinado tomam consciência desta realidade e, a partir desta consciência, tomam parte ativa no processo a que estão sujeitos. Cada passo feito na perfeição elabora um caminho perfeito. Então, o progresso, para nós religiosos, é elaborado na história, mas com um olhar fixo num ponto além da história. Por isso, quando definimos VR como "seguimento" estamos chamando à tona vários elementos que se encontram também no termo progresso:

— Alguém vai à frente, para que outros possam seguir os traços.

— Trata-se de um movimento, não de um ponto de chegada.

— É um processo encarnado na história viva dos homens.

— Supõe a aceitação de regras de caminhar.

— Persegue um objetivo que aparece claro ou se vai esclarecendo.

— Implica companheiros de caminhada.

Há quem diga que mais que uma vida religiosa existem homens e mulheres que se empenham em viver uma vida religiosa, ou seja, uma vida de conteúdos tais que merece a qualificação de religiosa, pois nascida do Evangelho e de uma inspiração do alto, que informa os comportamentos todos da pessoa. Este modo de focar a vida religiosa ressalta mais o indivíduo que a estrutura e aponta para alguns pontos básicos, entre os quais:

— A busca de uma perfeição pessoal.

— A busca de um crescimento do indivíduo.

— A necessidade de um relacionamento inter-pessoal.

— A criação de uma responsabilidade pessoal.

— A existência de uma influência real de uma pessoa sobre a outra.

Entrar na VR não é desaparecer no anonimato de um grupo ou de um sistema. Devemos estar constantemente atentos a este perigo ou a esta tentação. Converter-se não é apenas vestir os usos e costumes de constituições ou diretórios. A vivência destas normas supõe, pelo contrário, uma conversão anterior. Enquanto me não tiver convertido aos verdadeiros valores do Evangelho, não alcançarei transformar regulamentos e observâncias em valores construtivos ou "em espírito e vida", como dizia S. Francisco de Assis.

O fato de indivíduos viverem o ideal religioso numa fraternidade, reclama uma estrutura comunitária, a qual deve colaborar no desenvolvimento do indivíduo, da pessoa, e não frear este processo. A dependência entre as pessoas toma, então, o forte colorido de reforço, de auxílio, de prestação de serviço polivalente, de caminhar-junto, de apoio, de decifrar-em-grupo, inclusive de suportar os desafios das fraquezas e a soma de frustrações ou não-realizações, tão presentes em todo gênero de vida à disposição do homem histórico. A comunidade não me dispensa a responsabilidade, a cria-

tividade, a iniciativa, o esforço pessoal. E tudo isso, independentemente da idade. Não posso, sob pretexto de idade, frear ou fechar-me ou poupar-me, ou aguardar para mais tarde, transferir ou adiar, meu mergulho total no processo que me é oferecido.

Nas comunidades religiosas, grandes e pequenas, estabelecemos, por vezes, linhas divisórias por demais sensíveis e acentuadas entre as idades, isolando energias e cortando vãos. Custa-nos, não raro, **ceder**. Aqui um ponto sério. É duro, confessemos, entregar às gerações que vêm chegando o leme do barco que estávamos conduzindo, ainda que com mão trêmula, mas carinhosa. Deixar que outros podem os arbustos que plantamos na angústia e regamos no suor de longas jornadas de trabalho e noites mal dormidas. Passar nossos arquivos, onde, mais que um amontoado de dados da história, está esquematizada nossa própria vida, minuto por minuto, num crescimento sofrido e amado. Entregar a direção do carro a um jovem — para nós sempre inexperiente — e sentar no banco de trás e aceitar seu modo de dar partida, de conduzir, de frear... Jesus também passou aos Apóstolos, pobres e ignorantes pescadores, inexperientes de tudo e despreparados, uma obra que ele resgatara com seu sangue e vida. Acho que o diálogo das gerações começa a bater aqui:

— A coragem de ceder e passar, a humildade de se deixar substituir é um ingrediente duradouro para criar o melhor clima possível para o diálogo, mesmo que ele se inicie na timidez e na suspeita.

— A desconfiança de que as gerações novas possam continuar a nossa obra é a morte predeterminada de qualquer diálogo, mesmo que desencadeado na melhor das técnicas.

Fala-se em crise estrutural na vida religiosa, em crise ideológica, em crise de identidade ou existencial e outras que tais. Não esqueçamos a crise pessoal ou humana: crise onde as pessoas não permitem que o progresso que está encerrado, contido, intrínseco, na vida comunitária, possa fluir normalmente de uma outra pessoa. De uma geração para outra. Não deveria haver **sucessão** de gerações, mas **interpenetração** de gerações. Só assim se evitariam os hiatos e as esperas e a fatal necessidade de começar tudo de novo, quando o progresso é transformação e conservação, dentro da sadia continuidade, contra a qual não poucos preconceitos alimentamos.

## **2. Vida religiosa: escola de integração das idades**

Para os que são religiosos é inquestionável que a VR é uma escola. Mesmo assim, convém lembrar que é uma escola de horizontes amplíssimos. Não ajuda apenas a deposição do velho homem e a aquisição do novo, criando aquele tipo humano estruturado de tal forma que controle suas paixões e leve uma vida dentro de uma visão sobrenatural, na constante busca da integração interior. Certo que, no correr dos anos, tem o consagrado a possibilidade de assimilar uma série de valores que o distinguem, sobretudo na medida em que transforma os votos

e compromissos em vida. Vai com isso, de modo especial, superando o individualismo, vai encarnando o amor e acaba fazendo da partilha diária e constante sua forma de vida consciente e com naturalidade. Neste momento a vida comunitária se lhe transformou em forma de vida evangélica.

É aqui que se dá a grande descoberta, ou talvez melhor dito, a grande aquisição: a **vida comunitária transformada na escola da comunicação inter-pessoal**. A palavra está a indicar: é a comunicação que se estabelece entre pessoas. Uma exerce influência sobre a outra. Uma pesa na vida da outra. Uma traz complementação à outra. Não é o império da dominação do mais forte sobre o mais frágil, do poderoso sobre o fraco, da autoridade sobre o desprotegido. Trata-se de dois lados necessitados, incompletos, precisados pois um do outro. Nenhum precisa mais do outro. Todos se precisam. Por isso, não se estabelece uma hierarquia de necessitados e de dispensadores, de precisados e de saciados, de perfeitos e de incompletos. A gente se achega porque se precisa. A gente doa na mesma proporção que recebe. Tem tanta necessidade de receber quanta de dar, porque a comunicação interpessoal só se realiza plenamente na plenitude desta dinâmica: dar e receber. Naturalmente, dentro da simplicidade, da pequenez, da humildade, do reconhecimento lúcido da realidade, para evitar complexos de superioridade ou inferioridade, na experiência vivida, sem fariseísmos, sem teorias de velado egoísmo, sem orgulhosas pretensões de superioridade

ou paternalismos doentios. Tudo isso, parece-nos, fica bem enfeixado na palavra **reciprocidade**: correspondência mútua, duas realidades tão unidas que uma se torna consequência necessária da outra, uma reclama necessariamente a outra. Reciprocidade que carrega também a idéia de permuta e de troca.

Esta reciprocidade, uma vez tornada clara como a torrente límpida de duas fontes que se encontram, para juntas executarem sua tarefa comum agora, acrescidas em seu volume e potencial, fortificadas e amparadas uma na outra, torna-se como que o projeto fundamental do grupo. Realmente, só então será possível falar do diálogo na expressão pura do termo. É este o meio mais eficaz posto à disposição do grupo para, como grupo, fugir do perigo e da tentação da ideologia coletivista ou da ideologia individualista, e atingir a "experiência" da comunidade. Com isso podem ser vencidas as barreiras dos esquemas individuais, onde o eu se põe como ponto de referência, ou dos esquemas coletivistas, onde o poder se torna este ponto de referência.

A vida comunitária, assim enfocada, marcha para se tornar uma escola de formação e de formação permanente. Também é ela que nos ajuda a fugir de outro hábito que já criou raízes e quase se institucionalizou: dividir a comunidade em duas classes: os **formandos** e os **formados**, tendo como critério único e exclusivo o tempo de ingresso na fraternidade. Dentro desta dicotomia, cada membro passaria por duas etapas distintas:

— A primeira, a do aprendizado, quando o religioso adquire conteúdos, formas e modismos para se portar dentro do grupo.

— A segunda, a do desgaste da aquisição, quando o religioso passa à ativa, onde, por assim dizer, começa a gastar aquilo que adquiriu.

Na primeira, enche o cântaro, para, na segunda, vertê-lo sobre a vida.

Este modo de encarar a formação, tira à comunidade o caráter de continuidade, de adaptabilidade, de mobilidade, de novidade, de permanente. Seja, talvez, por isso que nos últimos tempos se vem insistindo tanto na formação permanente, na tentativa de apagar a dicotomia no nosso modo de agir, uma vez que esta dicotomia deve inexistir na realidade histórica que somos chamados a viver e a vivificar. Com isso, parece que vai nascendo, com contornos mais nítidos, a consciência de que a educação é uma tarefa ininterrupta e educar-se é um constante “posicionar-se-no-mundo” ou um “situar-se-no-mundo”. E a partir desta “posição” ou deste “sítio” lançar os relacionamentos que são a expressão típica da pessoa. Como os relacionamentos funcionam ao longo de toda a vida, assim também a formação.

Dentro desta maneira de ver a formação, ao que tudo indica, não devemos atribuir a função educativa ou formativa apenas a algumas casas ou comunidades de cada circunscrição religiosa: postulados, noviciados, seminários, teologados, casas de formação, exclusivando de tal maneira que somente estas casas

arquem com a tarefa e as demais se sintam eximidas. Sempre que existe um grupo de religiosos, o grupo assumiu, por isso mesmo, a tarefa educativa, isto é, reveladora do sítio individual relacionado “com” e “para” os outros, bem como dos horizontes mais longínquos para onde se abrem os espaços infinitos da contemplação. Assim sendo, poderíamos enumerar uma série de elementos que a comunidade pode oferecer, que, bem aproveitados, ajudam a integração das gerações:

a) É na comunidade que o **chamado** amadurece: a vagueza do chamado, por vezes, como que envolto em áureas de poesia, chocando-se com a realidade da comunidade, aclara seus contornos e rastela o terreno, deixando o âmago, isto é, o essencial, à vista.

b) Na comunidade descobre-se, concretamente, que a resposta ao Espírito Santo se dá através de um agrupamento humano. Por isso, ao subir ao céu, Cristo não espalhou, de imediato, seus discípulos — embora os tivesse já destinado para isso — mas mandou-os concentrar-se, com Maria, no Cenáculo, primeiro, para ali esperar a hora de Deus: amadurecidos na comunidade, antes de tentar transformar o mundo em comunidade.

c) Na comunidade se faz o primeiro teste das nossas lacunas e vislumbramos as primeiras possibilidades de preenchê-las, porque, não obstante as muitas falhas humanas, a comunidade dispõe ainda de possibilidades riquíssimas para recuperar conteúdos e sanar falhas.

**d)** A comunidade é uma força coesa para fazer frente a idéias poluidoras, perturbadoras, ou a interrogações e questionamentos inquietantes que poderiam atingir a vulnerabilidade do indivíduo. A comunidade possui muito mais anti-corpos que o solitário.

**e)** Na comunidade recolhe-se aquela coragem que nos torna independentes na hora da ação: aprendemos a confiar em nós, a lançar mão de nossas possibilidades, porque diante de nós, ao nosso lado, temos o exemplo dos demais membros da comunidade, como constante encorajamento.

**f)** Na comunidade aprende-se a desenvolver os valores humanos necessários para que a ação dos religiosos seja eficaz ao homem em sua totalidade: na troca com os tipos variados que lutam consigo mesmo, aprende-se a lutar e as razões da luta: eu luto, mas não como quem dá socos no ar (2).

**g)** Na comunidade, o homem conscientiza-se da necessidade de buscar um aperfeiçoamento pessoal, um aprofundamento espiritual, um desabrochar sempre mais integral, pois a comunidade rica em valores não só os transmite, como urge adquiri-los, numa lide constante, sem término previsto.

**h)** Na comunidade o homem é educado para a difícil arte de conviver com opiniões diferentes e até para tirar proveito destes antagonismos, sem sentir-se sufocado ou antipatizado ou rejeitado, à semelhança já de Pedro e Paulo, no início do Cristianismo, oferecendo uma maior

abertura ao Espírito Santo, a partir de divergências sérias. Como também é a comunidade que me transmite a verdadeira dimensão do saber paulino: tudo convém, mas nem tudo aproveita, tudo é lícito, mas nem tudo edifica... porque estamos convidados a fazer tudo pela glória de Deus (3).

**i)** Na comunidade amadurece, em sua plena dimensão, o conceito de autoridade, como a função do pôr-se-a-serviço para que o grupo cresça, como o está a indicar a etimologia do termo, e como aceitação do serviço do outro para que eu cresça: permito que Deus me faça crescer através dos homens, pois nem ele tem outro método ou fórmula. Tudo em espírito de co-responsabilidade, para não criar "monstros sagrados" e plebe oprimida.

**j)** Na comunidade amadurece, igualmente, o conceito teológico de obediência como um ouvir em profundidade, como um perceber a voz de Deus se ampliando através de alto-falantes, por vezes estranhos à minha sensibilidade, mas instrumentos sempre que o Senhor escolheu e intérpretes seus que colocou no meu caminho. Um trabalho de discernimento e fé...

**l)** Na comunidade faz-se a descoberta da oração-em-comum, "uma das mais deliciosas fontes de alegria que se possa ter na comunidade"(4). O Ofício torna-se uma função, um empreendimento, uma tarefa, não porque "imposto", mas porque "descoberto" como um relacionamento na multiplicidade dos relacionamentos pessoais, e até um colatudo para os imprevistos e contra-

tempos da experiência: "a oração, forma existencial de relação do homem com o mundo, com os outros homens e com Deus, pertence à lógica existencial da vida humana" (5).

**m)** Na comunidade me é oferecido um programa de apostolado, não como algo que me depena ou me encurta os vãos, mas algo que me abre caminhos e possibilidades, onde lanço mão de minhas forças e as misturo com as energias de outros, onde pelos outros aprendo a compreender, em maior amplitude, os problemas alheios, que um par de olhos dificilmente conseguiria atingir.

**n)** Na comunidade ensina-se a arte do silêncio fértil, do perdão fecundo, do doar até doar (como dizia M. Teresa de Calcutá), do servir, da paciência, do exercer, perceber e respeitar os carismas e de colocá-los retamente a serviço do Senhor, do qual procedem. A comunidade é o terreno fértil, por excelência, onde medram os carismas, como no-lo ensinam os Atos dos Apóstolos em suas páginas, quando o Espírito Santo se derramava sobre os grupos da Igreja nascente.

**o)** A comunidade é a "velha" cepa, cheia de seiva e de vida, na qual se vão enxertando os religiosos, na sucessão dos tempos, fazendo-a florescer e carregando-a de frutos, e, conseqüentemente, fazendo-a ter sempre de novo "sentido" no jardim do Pai e por causa deste sentido o Pai, com renovado carinho, a poda sempre de novo, para que tenha mais safras e mais ricas e mais abundantes. Cumpre entender o sentido

da "poda" na história de nossos institutos.

Estes pontos, alinhados mais em perspectiva didática para facilitar uma reflexão ou discussão em grupo (se merecem tal privilégio) devem trazer sempre a marca da permuta e da troca. Na medida em que acontecerem no âmbito da comunicação, isto é, em que produzirem interesses para os dois lados das gerações, trarão maturação. Por isso, são momentos de diálogo em que todos os membros de todas as comunidades devem estar empenhados. Dizíamos, acima, que não existem, no rigor do termo, comunidades exclusivamente formadoras ou educadoras e outras que apenas se beneficiam da formação, não existem também membros de uma comunidade exclusivamente qualificados para esta tarefa, entendendo-se exclusividade como dispensa para os demais. Lógico que devemos aceitar existam tarefas específicas que devem ser assumidas por pessoas que, por uma série de circunstâncias, apresentam mais credenciais para desencadear o processo do diálogo e conduzi-lo a um amplo amadurecimento dentro do grupo. Como também é lógico que na vida dos indivíduos existem etapas diferentes que reclamam presenças diferentes e tratamentos diferentes, como já lembrava S. Paulo: ... como as crianças em Cristo, dei-vos a beber leite, não alimento sólido, pois o não podíeis suportar (6). Por isso, reclama a formação etapas sucessivas, interligadas, precisadas de atenção e cuidados próprios, o que coloca o religioso em estado de formação permanente. A cada período corresponde uma integração pessoal

e ativa do religioso em sua vocação, o que vale dizer, a uma crescente maturação da vocação. Ela assim deixa de ser algo que veio sobre o indivíduo, na sensação de que nele grudou, para ser algo que permeia o indivíduo. Ela é o próprio indivíduo. Daí a exigência de uma constante vigilância para não se "acostumar" ou "habituar" com a vocação, mas de viver em plena consciência: cuidai, cada vez mais de assegurar a vossa vocação e eleição, escrevia S. Pedro (7). A vigilância me conserva em atenção e me leva a revisões constantes. Pois a vocação, como outras realidades espirituais e humanas, deve ser freqüentemente submetida a uma releitura, à luz de critérios que vão sendo apresentados pelos tempos e circunstâncias, inclusive de caráter pessoal. Só assim será ela um crescimento orgânico, controlado, harmonioso, vivenciado, convidando a despertar no religioso a fidelidade, justamente esta fidelidade tão comprometedora...

### **3. Formando para o encontro**

Os problemas todos da vida religiosa acabam batendo na mesma tecla: a formação. Somos formados e nos deixamos formar para o limitado encontro da vida diária, que na sucessão ou repetição se transforma no grande encontro que forma a família, capaz de sentir-se forte e unida para enfrentar os desafios da decomposição, sempre presentes no horizonte de todas as comunidades humanas. Cada etapa colabora positivamente na medida em que deixa de ser compartimento estanque e ter sentido em si mesma, desligada da anterior e da seguinte. Para que tal

aconteça deve-se ter um reto sentir do que seja formação e do que seja continuidade da mesma. Lembramos já, mais acima: não existem duas fases da VR: a preparatória e a consumista. Toda a VR é uma longa formação. A presença de etapas atesta a evolução do homem e o respeito às mesmas etapas a estabelecer e a descobrir o fio condutor ou a linha mestra que liga num todo os passos vários da caminhada.

Aos que já estão na VR — portanto às gerações mais antigas — cabe o papel de animadores nesta descoberta e na conversação dos valores encontrados: cabe-lhes buscar novas motivações ou reacender as existentes, iluminando os horizontes sem deixá-los esmaecer, colaborar na tomada de novas opções sem derramar pessimismos de que tudo já foi experimentado sem resultados, sem imaginar mil dragões postados pela opção que toma a direita e dez mil na que toma a esquerda. Cabe-lhes ajudar a repensar as obras e os campos do Instituto, sem lamúrias de que a boa estação já passou e agora estamos vagando em plena borrasca com as velas rotas, sem timoneiro e sem remadores, e, assim sendo, não mais vale a pena singrar e, muito menos, procurar outras águas ou empregar outras técnicas, pois tudo o que é novo leva para o abismo. Por isso, fiquemos parados na calma e esperemos que a morte faça a sua colheita.

O convite da hora é outro: juntos somos convidados a fazer "uma descoberta mais luminosa e atraente dos valores de consagração e de missão, que estão na base de uma consciente e alegre inserção no pró-

prio Instituto" (8). Parece-me muito importante e sobremodo responsável este convite de fazer uma **descoberta mais luminosa e mais alegre dos valores de consagração**, pois corremos o risco de pensar que houve abrandamento da disciplina e com ela o esvaziamento dos conteúdos, e com eles a perda do sentido teológico. E o fato se torna mais grave quando atribuímos uma espécie de culpa às gerações mais novas: julgamo-las mal preparadas, sem espinha dorsal e mal intencionadas até. Elas, por sua vez, acham que nós lhes entregamos uma vida esvaziada com nossas exigências e formalismos.

Nossa vivência, luminosa e alegre, seria, então, no desgastante da vida cotidiana, a mais bela apologia da consagração: a **luminosidade** transpareceria de nossas palavras e de nossos conceitos, mas sobretudo da maneira simples e alegre com que testemunhamos nossa "felicidade". Penso que mostrar sinceramente a felicidade alcançada é um argumento irrefutável. O próprio ateísmo do filósofo cairia se no rosto dos cristãos transparecesse a alegria do Cristo ressuscitado... A resposta que nos é pedida, mesmo com sangue, é uma fidelidade sempre nova ao Espírito Santo, com a qual reavivamos para nós e para os outros a identidade vocacional. Então, não nos contentamos em apenas conhecer os meios de renovar, de reforçar, de reavivar, mas lançamos mão deles. A preocupação de ser fiel engloba o testemunho e a fidelidade. Diante de Deus, diante da Igreja, diante da minha comunidade, diante de mim mesmo, comprometo-me, sempre de novo, a fazer da

realidade envolvente um constante meio de conservar, melhorar e reforçar a minha identidade vocacional. Assim, faço uma sempre mais ampla descoberta do espaço histórico em que me situo, no qual vou maturando o mistério de meu espaço íntimo, através dos relacionamentos todos que me revelam as limitações pessoais, mas também as ilimitadas possibilidades da comunidade.

Como numa espécie de término de nossas reflexões, gostaríamos de acrescentar ainda uns pensamentos sobre um grupo de pessoas que têm papel destacado na condução do processo, embora todos nele estejam envolvidos:

a) **Superiores.** Receberam o encargo de levar especificamente ao crescimento as pessoas que lhes foram confiadas, como diz o étimo de autoridade, devem ser os primeiros a detectar os entraves que dificultam o diálogo das gerações e cortá-los, na medida do possível e no menor espaço de tempo, favorecendo, em contrapartida, os elementos que levam as pessoas a questionar-se e dar corretas respostas. Porque, cada resposta que damos na sinceridade, se pode tornar uma descoberta, com os encantos e os estímulos próprios de tal situação. Mas para ser a resposta acertada, devemos conhecer as situações e os problemas que a solicitam. E um pode ajudar muito ao outro, mormente se ao poder de governo une a autoridade pessoal.

Cabe também aos superiores colocar ao alcance dos religiosos tempos fortes, encontros de profundidade, conteúdos de reflexão, silêncios fecundos. Propor programas e,

sobretudo, levá-los à execução, com caridade e firmeza, o que requer virtude e dons do Espírito Santo, que somente uma oração profunda e convicta pode alcançar. Por isso mesmo, a figura do superior, tanto local, quanto geral ou de âmbito menor, desempenha importante tarefa na aproximação das gerações, na criação de ambientes e na naturalidade com que acontecem os encontros e se processam as fusões harmônicas.

**b) Educadores.** Todas as comunidades de formação têm religiosos liberados para a importante e, hoje mais do que nunca, árdua tarefa de ajudar as novas gerações a se introduzirem na VR. A eles cabe a tarefa de fornecer conteúdos e, sobretudo, guiar na assimilação destes mesmos conteúdos e na tradução em vivências práticas. Não são chamados a fornecer regras estereotipadas, mas elementos dinâmicos que, como raízes profundas, fazem chegar aos comportamentos das novas gerações a seiva espiritual e a razão profunda de toda a consagração. Só assim formaremos pessoas conseqüentes: que vivem o que prometem e percebem o sentido do que aprendem.

Já que as novas gerações estão em estado de busca, generosa e angustiada a um tempo, os educadores se devem colocar como marcos ou luzeiros ao longo da escalada, sem pretensões de super-protetores, ou em sentido oposto, super-desligados. O que deve aparecer claro é que eles também continuam na linha da busca, não tendo, por isso, em seu alforje de caminheiros, as respostas prontas para todos os questionamentos do presente e, muito menos,

a visão dos desdobramentos do caminho que se abre para o futuro. Também eles trazem em seu alforje de filhos de Abraão uma série de questionamentos e de perguntas dolorosas, mas muita esperança também junto com uma grande fé e uma dose enorme de coragem, porque se sabem chamados, e se sentem estimulados a recomeçar, todos os dias, ao lado das novas gerações, que são as manhãs da história com que Deus nos presenteia. Não somos uma geração que chegou e outra que caminha, somos um povo a caminho.

Assim sendo, reclama-se para este cargo pessoas que tenham uma formação esmerada, conteúdos claros e ricos, experiências de vida comunitária. Mas que tenham, sobretudo, uma visão humana dos homens, uma visão histórica da vida religiosa, uma visão engajada da Igreja e do trabalho de seus filhos, uma visão profunda do trabalho de Deus na vida do homem. O bom senso, a alegria, a esperança, a confiança, a coragem, a comunhão com Deus pela oração, serão as chaves que os levarão até o coração das novas gerações que lhes permitirão ferir as cordas sensíveis de sua generosidade para orquestrar melhor essa gama imensa de energias que Deus, ainda hoje, desperta na juventude. Tornam-se os educadores dos elos entre dois momentos sérios do Instituto e deles depende, em grande parte, a harmonia da transição do encontro sem "encontrões" e do aparecimento de uma unidade, onde as idades não provocam choques.

**c) Outros membros da comunidade.** Pelo que acima afirmamos, ficou claro que toda a comunidade é

convidada a colaborar no diálogo da aproximação. Na medida em que a totalidade se empenhar, mais totalmente se alcançará a buscada e sonhada integração. Por isso não se pode permitir a vivência de duas comunidades: a dos velhos e a dos jovens, dos iniciados e dos neófitos. Com horários e privilégios distintos. Com obrigações ou modos distintos de realizar tarefas. Sobretudo, não deve existir uma comunidade que impõe e outra que executa. Uma que serve e outra que é servida. Ou uma que pensa tudo saber porque tem a experiência, outra tudo poder porque tem a força. Uma não é consultada porque ainda nada sabe, a outra é desacreditada porque superada. Com isso dois blocos estão sempre em campo aberto, de lanças em ris-te, na discussão estéril ou no silêncio desgastante da não aceitação interior ou da crítica corrosiva, aberta ou velada. Ninguém se encontra, na comunidade, na situação exclusiva do dar ou do tirar. Todos estão para compartilhar. E a partilha é reclamada, simplesmente, a partir das possibilidades individuais. Não se vai exigir frutos fora da estação, nem uvas do espinheiro, nem tão pouco antes do tempo. Não se despreza uma árvore porque já deu frutos, nem tão pouco outra que mal começou a deitar as flores. Não se obrigará a todos terem ramos podados na mesma hora ou na mesma altura, sobretudo porque "assim sempre se fez", como não se introduzirá nova técnica de podaço pelo simples fato de que "hoje as coisas são diferentes". Deve-se tomar um cuidado muito respeitoso, pois, com grande facilidade, caímos numa triste contradição: lutamos com todas

as veras da nossa alma para manter nossa liberdade, mas numa luta que corta a liberdade de todos quantos nos cercam.

Todos os membros de uma mesma comunidade, c o m u n g a n d o a mesma expectativa, encontrar-se-ão no mesmo horizonte. As asperezas da caminhada que ferem os pés e entravam os passos são, não raro, produtos do próprio homem ou, mais exatamente, resultado de sua forma de aceitar as realidades e os companheiros de caminho. Superadas as divisões reais e as criadas pelos usos e tradições, a comunhão encontra canais mais desimpedidos para elaborar a aproximação dos religiosos. Afinal, tudo vai levando a um tema muito em voga, em nossos dias, e cheio de promessas para a VR: a formação permanente. Permanente porque ao longo de toda a vida e totalizante porque envolve todos os membros da comunidade. Ela dará um colorido mais uniforme a toda a formação, evitando as dicotomias de gerações ou de vidas, ela criará ambiente interno permanente maleável e nunca convencidamente pronto, maduro, formado, completo. Por isso será um ambiente sempre humilde, capaz de crescer. Ela ampliará os espaços internos para que as pessoas sintam os vazios e recebam com mais proveito as mensagens vindas do outro e de todos. Ela despertará uma preocupação constante e generalizada pela identidade vocacional e fará acreditar no crescimento e na melhoria e fará crer na conversão. Ela transformará a comunidade num foco, onde reside a riqueza e a força para elaborar no homem terreno o homem espiritual, a partir dos dons e dos bens postos

à disposição da criatura. Ela colaborará para a redescoberta e o reencontro de todo o dinamismo, de toda a alegria, de toda a graça que o Pai encerrou no Evangelho e no carisma de cada instituto, que tentamos captar e viver pela consagração. Ela, enfim, nos levará a celebrar a

vida em comum, cuja manifestação mais bela é o Ofício e a Eucaristia, celebrados em comunidade, pois ambos supõem que antes de congregar os religiosos, um ao lado do outro, num espaço físico, tenha já conseguido uma comunhão espiritual, sombra terrena da comunhão celeste.

### NOTAS

(1) Cfr. **O Suplemento de O Estado de S. Paulo**, nº 46. 26.4.1981. (2) 1 Cor 9,26. (3) 1 Cor 10,23. (4) **Alegria na Comunidade**, Bárbara Albrecht, Ed. Paulinas 1980, p. 19. (5) **O Primado da Pes-**

**soa Humana**, Rovílio Costa, Escola Superior de Teologia S. Lourenço de Brindisi, P. Alegre 1974, p. 57. (6) 1 Cor 3,2. (7) e Ped 1,10. (8) **Documento sobre a Vida e Missão dos Religiosos**, *L'Osservatore Romano*, ed. port. de 18.1.81 e SEDOC, abril 1981, 937.

---

## **A comunidade religiosa tem valores a oferecer ao religioso como pessoa?**

Tem e muitos. Frei Hugo, à página 400, ao enumerá-los quase esgotou as letras do alfabeto. Não deixe de ler. Vale a pena.

## **O que se exige dos Formadores na Comunidade Religiosa?**

Muita coisa. Reclama-se para este cargo — Formadores — pessoas que tenham uma formação esmerada, conteúdos claros e ricos, experiência de vida comunitária. Mas que tenham, sobretudo, uma visão humana dos homens, uma visão histórica da vida religiosa, uma visão engajada da Igreja e do trabalho de seus filhos, uma visão profunda do trabalho de Deus na vida do homem. O bom senso, a alegria, a esperança, a confiança, a coragem, a comunhão com Deus pela oração, serão as chaves que os levarão até o coração das novas gerações que lhes permitirão ferir as cordas sensíveis de sua generosidade para orquestrar melhor esta gama imensa de energias que Deus, ainda hoje, desperta na juventude. Tornam-se os educadores dos elos entre dois momentos sérios do Instituto e deles depende, em grande parte, a harmonia da transição do ENCONTRO sem encontrões e do aparecimento de uma unidade, onde as idades não provocam choques.

# DEUS, RICO EM MISERICÓRDIA

*Em Dives in Misericordia, João Paulo II faz da misericórdia de Deus, a categoria central do seu conhecimento e renuncia à RATIO, isto é, o cálculo. O leit-motiv da Encíclica é o Deus de Abraão, de Isaque, de Jacó. Não dos filósofos ou dos sábios. É o Deus de JESUS CRISTO.*

**Pe. Alberto Antoniazzi**

Belo Horizonte, MG

O que a nova Encíclica "Dives in Misericordia", do Papa João Paulo II, tem a dizer para a vida dos religiosos, sua formação, sua espiritualidade?

É mais ou menos esta a pergunta que a redação de "Convergência" me faz. Minha resposta — o artigo que segue — não é uma resposta **direta**. É só a proposta de algumas pistas para quem deseja procurar **ativamente** a resposta. Meu artigo não é um roteiro de leitura, que faz a exegese ou a explicação do texto, e propõe ao leitor informações a assimilar passivamente. É uma tentativa de ajudar o leitor a reagir diante do texto, a questioná-lo, a confrontá-lo com o que sente e o que vive.

Esse é também um modo de "ler" o texto. Segundo alguns lingüistas de hoje, é até o único modo de verdadeiramente ler. O texto é um tecido

de relações, não só internas, mas com o mundo em que emerge. Por isso, o "o sentido de uma parte da obra não se esgota nela mesma, mas se revela nas relações dela com as outras partes. Uma obra inteira nunca poderá ser lida de forma satisfatória e esclarecedora se não for posta em relação com outras obras anteriores ou contemporâneas. Num certo sentido, todos os textos podem ser considerados como partes de um único texto que está sendo escrito desde que o tempo existe" (T. TODOROV).

Vamos, então, e de uma forma muito limitada e pessoal, tentar situar o texto da Encíclica com relação a outros elementos do nosso mundo, dos que fazem parte de nossa existência cristã e da vida religiosa. Eles poderão esclarecer melhor e desvendar mais amplamente o sentido da reflexão do Papa.

É claro que pode haver outras leituras. A que proponho é somente uma "leitura", que espera suscitar muitas outras: as dos meus leitores.

### 1. "Dives in Misericordia" e "Redemptor Hominis"

A primeira relação da Encíclica "Dives in Misericordia" (que por brevidade, de agora em diante, indicaremos só com a sigla DM) é com a outra Encíclica do Papa João Paulo II, a "Redemptor Hominis" (4.3.1979).

Duas coisas as duas Encíclicas têm em comum: a linguagem e um enfoque peculiar da antropologia.

A linguagem da Redemptor Hominis (RH) e da DM, apesar de elas conservarem o título em latim, constituído pelas palavras iniciais do texto oficial, perdeu o caráter solene e um pouco arcaico das Encíclicas dos Papas anteriores. Caiu o "nós" majestático e de algum modo impessoal. Através da primeira pessoa do singular ("Deus me confiou o serviço universal... A Cristo Redentor **elevei** os meus sentimentos e pensamentos... E **eu** respondi... **Quero** hoje...") — cf. RH 1), não é só um novo estilo que emerge. Se é verdade (como querem, de novo, as atuais ciências da linguagem) que forma e conteúdo são inseparáveis, com o novo estilo é um novo conteúdo que emerge, uma nova relação entre o Papa e os irmãos a que se dirige.

De qualquer forma, já na RH emerge nitidamente a pessoa e o pensamento original do autor da Encíclica. Também na DM, e de modo ainda mais marcado pelo tom de re-

flexão pessoal ou de "longa homilia" desta Encíclica, emergem a personalidade e o coração de João Paulo II, sua fé, sua espiritualidade.

Está aí, ao menos implicitamente, um convite a percorrer uma primeira pista de leitura para aprofundar DM: a leitura de outros escritos espirituais e literários de Karol Wojtyła, sobretudo os que mais diretamente expressam sua experiência espiritual (1).

A semelhança de conteúdo está no enfoque particular que João Paulo II dá às relações entre cristologia e antropologia, entre Cristo e o homem. As páginas mais explícitas estão evidentemente na RH. Aliás, já o título da RH indica o caráter central desse tema, dessa unidade entre Cristo — o redentor — e o homem.

Foi observado justamente que há uma quase identificação de cristologia e antropologia na RH. Ao menos, desaparece a proposta de mediações filosóficas e naturais entre a doutrina especificamente cristã e a antropologia. Cristo é apresentado **imediatamente** como resposta ao homem, como plenitude do homem. "Cristo redentor revela plenamente o homem ao próprio homem" (RH e 10; cf. GS 22). Por isso, "o homem é o primeiro caminho que a Igreja deve percorrer...; é a primeira e fundamental via da Igreja, traçada pelo próprio Cristo" (RH 14). "De tal modo, a própria dignidade da pessoa humana torna-se conteúdo daquele anúncio (a verdade que a Igreja anuncia em sua missão)" (RH 12).

Assim, é importante não separar a DM, que tem Deus como sujeito principal, da RH, que trata do homem (em Cristo).

Essa ligação é explicitamente afirmada (DM 2, 4) e reafirmada na “Dives in Misericordia”: “Chegados a esse ponto das nossas considerações, impõe-se aproximarmos-nos ainda mais do conteúdo da Encíclica “Redemptor Hominis”” (DM 45; cf. também 105).

Por expressa vontade do Autor, é necessário compreender a DM à luz da RH e completar a doutrina da RH pela DM.

## 2. A Encíclica e a Bíblia

Há, porém, diferenças entre RH e DM. A primeira Encíclica é mais teológica e solene. Faz muito mais referência ao Magistério conciliar e pontifício (2). A nova Encíclica, DM, embora não deixe de fazer alusão à doutrina do Vaticano II, particularmente à da “Gaudium et Spes”, é uma reflexão alimentada quase exclusivamente pela Bíblia (3).

Da rica temática bíblica da “misericórdia”, a DM nos dá uma síntese, que ela mesma coloca debaixo de dois rótulos:

- a “terminologia” do AT;
- a “analogia” do NT.

### a) O Antigo Testamento

Misericórdia é palavra de origem latina, que traduz mal — resumindo e empobrecendo — um rico vocabulário do Antigo Testamento. O empobrecimento, aliás, já era visível na tradução grega da Bíblia (a LXX). Todos os exegetas reconhe-

cem esse fato. O Papa também o menciona, sem realçá-lo, na nota 52: “A terminologia grega da versão dos Setenta apresenta-se com uma riqueza menor do que a hebraica...”. João Paulo II reconheceu também que “a palavra e o conceito de misericórdia parecem causar mal-estar ao homem (contemporâneo)” (cf. DM 8). Seria talvez necessário colocar abertamente a questão da oportunidade de usar o termo “misericórdia”, consideradas essas duas dificuldades (a incapacidade de render importantes matizes do vocabulário bíblico e a pouca aceitação pela cultura contemporânea). Mas não é este o lugar para tal discussão.

Limitemo-nos a comentar rapidamente o texto do cap. III da Encíclica (A misericórdia no AT). Mais precisamente, limitemo-nos a duas observações.

A primeira é sobre o conceito de **hesed**, o mais importante dos termos hebraicos que deram origem à “misericórdia”. DM dedica a esse termo boa parte da nota 52. Se não me engano, a explicação de DM depende fortemente da interpretação de N. Glueck (Das Wort Hesed..., 1927), aceita também por muitos outros exegetas, mas contestada por H.J. STOEBE e outros (4). Segundo GLUECK, o “hesed” “não designa uma benevolência espontânea e substancialmente imotivada, mas uma atitude que deriva de uma relação que comporta direitos e deveres (marido-esposa; pais-filhos; soberanos-súditos). Se **hesed** diz respeito a Deus, trata-se então da realização das promessas baseadas sobre a aliança. Se **hesed** assume de fato o

sentido de benevolência, isto é devido à assimilação secundária com **rahamim** (p. 47s.). Isto significaria também que a formulação **hesed we'emet** deve ser entendida como **hendíades** (p. 66)" (5).

Esta concepção estaria esquecendo outros aspectos do "hesed" bem atestados no Antigo Testamento.

Para STOEBE, o "hesed":

◆ é um ato mais que um sentimento (nunca se diz: sentir "hesed"; mas freqüentemente se diz: fazer "hesed");

◆ é também "hesed" e "rahamim": significa os atos (de **rahamim** = ternura) que expressam o "hesed";

◆ tanto no sentido profano ("hesed" entre os homens) quanto no sentido teológico ("hesed" que Deus tem para com os homens) há algo inesperado, espontâneo, não devido, gratuito (que só **depois** estabelece um relacionamento com direitos e deveres, uma "aliança" com obrigações recíprocas);

◆ entre os exemplos típicos de "hesed" humano pode-se citar: 1 Rs 20,31ss.; 2 Sm 2,4-7; 1 Sm 15,6; 2 Sm 10,2; 3,8; 1 Rs 2,7; Gn 20,13; 47,29; 39,21 (se o "hesed" não é o de Deus, mas a benevolência dos homens que Deus atrai sobre José); Js 2,12 (Raab usa "hesed" para com os israelitas, **contra** seu próprio dever);

◆ quanto ao "hesed" de Deus, deve-se antes de tudo relevar que se trata de um "antropomorfismo" (6), isto é, da aplicação a Deus de um comportamento humano; mas isto não assusta os autores ou portadores

das mais antigas tradições bíblicas, particularmente o Javista; "hesed", junto com "emet" (**hesed we'emet**), torna-se quase um nome de Deus e como tal é usado numa bênção ou saudação (cf. 2 Sm 2,6 e 15,20); mais significativo ainda é o nome de Deus e seus atributos em Ex 34,6 (provavelmente uma fórmula litúrgica); Ex 20,5 e Dt 5,9 retomam, numa ordem diferente, os mesmos atributos de Ex 34,6-7 e ressaltam o **perdão** (que vai além do devido!), como o farão depois, muitas vezes, os Salmos; enfim, entre os profetas, é sobretudo Oséias que fala do "hesed" de Deus e que insiste sobre a reciprocidade que ele gera: o Deus da bondade quer que seu povo também pratique o "hesed", não o sacrifício (Os 6,6; cf. Mt 9,13 e 12,7); Miquéias (6,8) e Jeremias também se aproximam de Oséias (cf. Jr 2,2; 4,23; 16,5; 31,3).

A discussão exegética sobre o tema do "hesed" (ou, mais amplamente, da misericórdia) no AT não é mera questão de erudição. Afinal, se a teologia, obediente ao Vaticano II, quer realmente tomar a Bíblia como base (e não forçar a Bíblia a se adaptar às teses previamente elaboradas pela teologia), deve se esforçar antes de tudo para compreender corretamente o texto do AT. Considerado que o conceito de misericórdia é usado pelo Papa como chave para entender o mistério de Deus e da redenção do homem em Cristo, um conceito exato da misericórdia é evidentemente decisivo.

Neste sentido, levantamos aqui alguns elementos para uma discussão mais completa a respeito. Mais adiante retomaremos o tema.

Por enquanto, dar-me-ia por satisfeito se essa longa digressão sobre o AT tivesse tido a função de lembrar ao leitor a extraordinária riqueza da temática do "hesed" no AT. (E nem tocamos os temas correlatos ou próximos: *rahamim*, *hanan* 'emet, etc.).

Mas — e esta é a segunda observação que prometemos — um leitura do AT, ao menos dos trechos indicados pela própria Encíclica DM, é um complemento indispensável para encontrar, na própria Palavra de Deus, os fundamentos para uma compreensão mais ampla e mais exata. Essa leitura terá a vantagem de levar a algo muito concreto, a exemplos significativos, a experiências humanas que ainda nos falam e comunicam conosco. Para quem o desejar, há também roteiros e orientações acessíveis (7).

## b) O Novo Testamento

O tema da misericórdia no Novo Testamento é desenvolvido pela DM principalmente a partir da parábola do filho pródigo (parábola que, com J. JEREMIAS, seria melhor chamar "do pai que ama").

Sem dúvida, essa concentração da análise num só modelo lhe dá muita força (cf. DM 35-39). E a interpretação da parábola é penetrante e original. Em particular, surpreende o destaque que é dado à idéia de que, longe de estar ligada a alguma forma de paternalismo ou de superioridade, a autêntica misericórdia é a que restaura plenamente a dignidade do "filho pródigo" (cf. DM 40,43).

João Paulo II parece ter clara consciência da importância desse ponto. Não só volta mais vezes sobre o tema da dignidade do homem (cf. n.º 39, 42, 43, 54, 73, 92), mas também rejeita explicitamente aquela falsa prática da misericórdia "entendida e praticada de um modo unilateral, como um bem feito aos outros" (n.º 90). A autêntica misericórdia é sempre caracterizada pela "reciprocidade": ao praticar a misericórdia, sempre também a recebemos (*ibidem*; cf. também todo o n.º 43).

De fato, a primeira reação do homem contemporâneo (ou do homem de todos os tempos?) à prática de uma "misericórdia" entendida como ato ou atitude de um superior que humilha, é a de protestar. Mesmo que receba a ajuda em sua miséria, perderá o último bem que lhe restava: a sua dignidade.

Como, porém, realizar na prática uma misericórdia autêntica, que não fira, mas restaure a dignidade do homem? A resposta da Encíclica tem dois aspectos: o da reciprocidade, que já vimos, e o próprio Cristo, como "modelo" de verdadeira misericórdia.

A misericórdia de Cristo, que é a de Deus, é ilustrada especialmente através da parábola do "filho pródigo". Só por convenção e por facilidade, continuamos a chamá-la assim. Não só o nome, mas mesmo o enfoque tradicional com que se olha para esta parábola nos parecem dignos de questionamento. E talvez a própria Encíclica DM dependa demasiadamente deste enfoque. Ela toma o "filho pródigo" como representante de todo homem:

“este filho... em certo sentido é o homem de todos os tempos, a começar por aquele que foi o primeiro a perder a herança da graça” (DM 35) (9).

Assim é descuidado o papel do segundo filho, que na parábola tem um papel não menos importante do que o primeiro. Ele, como em outras parábolas de Jesus (cf. Mt 21,8-32; Lc 18,9-14), serve a pintar o contraste entre comportamento daquele que a sociedade condena como “pecador” e o do fariseu, que se considera “justo”. A força polêmica das parábolas de Jesus está exatamente em revelar que o primeiro é capaz de conversão e que o segundo termina na dureza de coração e na cegueira. Mais exatamente: que Deus está mais próximo do primeiro que do segundo.

Abre-se aqui, aliás, um tema ainda mais amplo do que o tema do pecado e da conversão. É o tema da predestinação e da misteriosa solidariedade entre o “bom” e o “mau”, que não deixam de serem irmãos. Esta situação encontra sua manifestação culminante no próprio Cristo, que é o “santo” e o “eleito”, e paradoxalmente se torna o “condenado” e o “rejeitado”, para salvar o homem, do qual se fez irmão (10).

É certo, de qualquer forma, que Jesus, na parábola do filho pródigo (Lc 15,11-32), queria dizer algo específico sobre Deus, revelar algo do “coração” e do comportamento de Deus. Tomando como termo de comparação o pai, Jesus desenvolve algo que lhe é familiar. Não só ele invoca Deus como Pai (Mt 5,16.45; 6,9 etc.) ou como “Abbá” (papai; cf. Mc 14,36; Rm 8,15; Gl 4,6),

mas de diversos modos compara o comportamento humano do pai com a ação de Deus (Mt 21,31; Lc 11,11-13), não sem precisar que Deus é “tanto mais” pai (Lc 11,13).

Se Jesus sente a necessidade de “corrigir” a imagem de Deus dos seus contemporâneos, e se os primeiros cristãos opõem o Deus de Jesus ao dos judeus e fariseus, analogamente nós podemos nos perguntar hoje: O Deus do Evangelho questiona a imagem de Deus da nossa cultura, do nosso povo, mesmo dos mais religiosos entre nós? Em que medida, o Deus em que acreditamos é o Deus de Jesus Cristo?

A importância central da misericórdia de Deus no Novo Testamento deve ser verificada não só através da parábola do Filho pródigo. De fato, a Encíclica DM não se limita a analisar esta parábola, apesar de lhe dar um destaque muito especial. Se a misericórdia constitui o conteúdo fundamental da mensagem messiânica de Cristo (DM 44), ela deve estar presente em toda a atuação dEle e, particularmente, no momento culminante do mistério pascal, cruz e ressurreição (cf. DM 45-57).

O tema específico do “éleos” (misericórdia, no grego dos LXX e do NT) não é percorrido detalhadamente por DM (11). Mas alguns textos são citados e utilizados ao longo da Encíclica (12). Além daqueles que lembraremos mais adiante, vale a pena citar aqui a quinta bem-aventurança de Mateus: “Bem-aventurados os misericordiosos, porque alcançarão misericórdia” (Mt 5,7). Ela é citada quatro vezes (cf. DM

nº 19, 55, 87, 106) (13). Ela serve um pouco como elemento de ligação entre as diversas partes, já que expressa em si mesma a ligação intrínseca entre a misericórdia divina e a misericórdia praticada pelos homens. Função análoga tem o texto de Lc 1,50 (“sua misericórdia perdura de geração em geração”), no sentido em que liga as manifestações da misericórdia divina em diversos momentos da história da salvação (cf. DM nº 33, 58, 60, 78).

Mas os numerosos textos do NT usados pela Encíclica (14) não são, na sua maioria, ligados diretamente ao tema e, sobretudo, ao vocabulário da misericórdia. Esse fato questiona o próprio uso do termo “misericórdia” e coloca de novo a questão, a que já aludimos, de outra possível síntese da teologia do NT, a partir de outro vocábulo (15).

### 3. A Encíclica DM e a teologia

A misericórdia não é uma categoria de uso muito freqüente na teologia moderna. Apesar de ter recebido uma certa atenção por parte de S. Tomás de Aquino (talvez porque ele estivesse mais próximo da Bíblia!), que a considerava “secundum se” a maior das virtudes (S. Th. IIa IIae., q. XXX, a. 4), a misericórdia parece ter desaparecido nos tratados mais recentes (16).

Talvez tenha contribuído para isso uma certa indefinição nas posições antigas. Enquanto alguns viam nela só uma “paixão” (compaixão ou dó pelas desgraças alheias) e, logo, algo inferior (assim, por ex., os estóicos), outros faziam dela uma forma especial da caridade (virtude teológica)

ou ainda como que uma virtude intermediária entre as virtudes teológicas e as humanas (17).

De qualquer forma, Tomás pode ser contado entre os teólogos “que afirmam ser a misericórdia o maior dos atributos e perfeições de Deus” (DM nº 79). É verdade que, na sua justificativa, S. Tomás se liga ainda a uma idéia de “superioridade” e a uma definição de misericórdia que não coincide perfeitamente com a perspectiva própria do Papa João Paulo II (18). Mas não deixa de se situar próximo da tradição bíblica.

A partir desta, parece-me que a misericórdia deve ser enfocada, na teologia, sobretudo como aquele comportamento “livre” de Deus, que transcende sua justiça, que não pode ser previsto ou calculado, que nos surpreende.

Nessa perspectiva, ressaltar a misericórdia de Deus e fazer dela a categoria central para compreendê-lo significa necessariamente renunciar a fazer da razão (*ratio* = cálculo) o instrumento privilegiado do conhecimento de Deus, para encontrá-lo em suas manifestações históricas concretas, entre as quais evidentemente sobressai a pessoa e a atuação de Jesus de Nazaré, o Cristo. “Quem me vê, vê o Pai” (Jo 14,9). É o “leit-motiv” da DM (cf. nº 1, 32, 56, 79, 80, 107). Evidentemente, a Encíclica não explicita todas as conseqüências deste enfoque do problema de Deus, enfoque que faz lembrar a célebre experiência do “fogo” de Pascal:

“Deus de Abraão, de Isaque e de Jacó, não dos filósofos ou dos sábios, Deus de Jesus Cristo!”

Outro aspecto da teologia que pode ser renovado pelo enfoque predominante da misericórdia é a teologia da redenção. Ela foi dominada, particularmente no 2º milênio do Ocidente cristão, pela teoria da "satisfação" (desde Anselmo de Cantuária...). Uma concepção menos jurídica e mais autenticamente bíblica da redenção, baseada sobre a "agápe" ou o "éleos" de Deus, não modificaria sensivelmente a teologia e a religiosidade que dela deriva? De onde vem a idéia de um "castigo" de Deus, que teria caído sobre Cristo, para aplacar uma mal-entendida "justiça" divina? De uma deformação da teologia, que esqueceu a misericórdia de Deus? E se biblicamente recordamos que "eterna é a misericórdia de Deus" (sl. 136), mas não seu "rancor" (Jr 3,12), também a doutrina sobre o inferno não deveria ser situada de forma mais exata, com outra formulação? (19). Aliás, é todo o problema do mal e da teodicéia a ser repensado. A resposta bíblica não é, fundamentalmente, esta: porque o mal existe, Deus dele deve tirar algum bem? (cf. Gn 50,20). Ou seja: Deus deve exercer sua "misericórdia"...

A teologia tem repercussão não somente sobre a religião do povo, mas também sobre a sociedade, na medida em que funciona como legitimação de estruturas e comportamentos. A fé no Deus da misericórdia é compatível com uma sociedade que tolera a fome, a desigualdade gritante, a opressão, a tortura? Não é por acaso, creio, que João Paulo II estabelece um nexó entre sua experiência de Deus e sua denúncia dos males sociais (cf. DM nº 70-72). Como não havia conexão entre uma

certa imagem de Deus e de sua "justiça" e o sistema opressivo da sociedade em outras épocas?

E para a nossa sociedade latino-americana de hoje, a Encíclica DM tem algo a dizer?

#### **4. A Encíclica DM e a situação da América Latina**

A Encíclica parece pensada principalmente a partir de uma angústia e de um medo que assalta particularmente a Europa: o medo da destruição, da guerra atômica, de uma violência como nunca houve e que acabaria com a sociedade atual.

A situação latino-americana é menos diretamente afetada por este medo e esta "ansiedade profunda". Mas não é menos grave. Puebla fez o diagnóstico da nossa situação em termos de injustiça, desigualdade, crescente distância entre ricos e pobres, opressão, falta de participação. E propõe, como resposta dos cristãos, a "comunhão e participação", a partir de uma opção preferencial pelos pobres.

Encontramos esses temas na DM?

O tema evangélico da preferência pelos pobres não podia faltar na apresentação da missão messiânica de Jesus. A "evangelização dos pobres", como o primeiro sinal do Reino (cf. Lc 7,22 = Mt 11,5), é enfatizada três vezes (cf. DM nº 15, 52, 61). E o discurso de Nazaré (Lc 4,18 ss), texto-chave da teologia da libertação, também volta três vezes para confirmar que a primeira declaração messiânica de Jesus se dirige "sobretudo" aos pobres (DM nº 14) (20).

Outra experiência bíblica que serve de referência fundamental à teologia da libertação e à pastoral latino-americana é aquela que também é “a experiência fundamental do povo eleito, vivida nos dias do êxodo: o Senhor observou a aflição de seu povo, reduzido à escravidão, ouviu os seus clamores, deu-se conta dos seus sofrimentos e decidiu libertá-lo” (DM nº 25; cf. Ex 3,7ss.).

Ainda se poderia levantar a questão de uma prática cristã da justiça (prioritária para a América Latina!). Ela não contradiz a misericórdia; antes, nela pode encontrar critérios para promover realmente os “direitos dos pobres” (e não os “direitos humanos” em geral), sem cair naqueles critérios formais de “justiça”, que legitimam um “sistema de opressão dos mais fracos pelos mais fortes” (DM 95).

## NOTAS

(1) O mais conhecido destes escritos, e o primeiro publicado no Brasil, é: **Sinal de contradição** (Ed. Paulinas, 1979, 239 p.). Trata-se do texto dos exercícios espirituais pregados pelo então cardeal Karol Wojtyla, no Vaticano, na presença do Papa Paulo VI, em março de 1976. A editora Loyola iniciou a publicação das obras literárias (“A Loja do Ourives”, etc.). — Quanto às obras filosóficas, menos diretamente ligadas ao nosso tema, ainda não há tradução portuguesa. Lembramos: **I fondamenti dell'ordine etico** (CSEO, Bologna, 1980, 174 p.), que é a tradução italiana de artigos sobre a ética filosófica e teológica, publicados por Karol Wojtyla nos “Roczniki Filozoficzne” (Anais Filosóficos da Universidade Católica de Lublin) entre 1955 e 1970; **The Acting Person** (publicado recentemente nos Estados Unidos; ed. original polonesa, “A pessoa e o ato”, de 1969). (2) As “fontes”

Enfim, a prática da verdadeira fraternidade e solidariedade (cf. DM 93) é um daqueles “valores evangélicos” que Puebla reconhece nos pobres (DP nº 1147).

Aqui terminam o espaço e o tempo que tinha à disposição. O projeto inicial só foi realizado em parte, em fragmentos. Falta a resposta à pergunta principal: Que significa a DM para a vida religiosa?

Não me sinto em condições de dizê-lo, tanto menos em poucas linhas. Mas parece-me intuir que há uma analogia profunda entre a “misericórdia” de Deus, como expressão espontânea e livre do seu coração e do seu agir, e a opção pela VR, como experiência de comunhão e de fraternidade que nasce como gesto supremo de liberdade, o que se faz pela doação de si.

da Encíclica RH são citadas em 205 notas, das quais 138 (ou seja 2/3 ou 67%) se referem à Bíblia. As outras são citações do Vaticano II (38, das quais 15 da “Lumen Gentium”, 13 da “Gaudium et Spes” e 10 de outros documentos), do Papa Paulo VI (9), da Liturgia ou de outras orações (6), de outros Papas (5), do Concílio Vaticano I (4), dos Santos Padres (3), de Santo Tomás de Aquino (1) e de outros documentos das Congregações Romanas (1). O Concílio Vaticano II é citado mais 5 vezes, junto com outras fontes, e o Papa Paulo VI, três vezes. (3) As fontes da Encíclica DM são citadas em 140 notas, das quais 130 (mais de 90%!) são referências à Bíblia ou explicações dela (como a longa nota 52). As outras dez citações são tiradas do Vaticano II (7, das quais 6 de “Gaudium et Spes”) e uma de cada uma das seguintes fontes: Símbolo Niceno-Constantinopolitano; Liturgia; Papa Paulo VI. (Os dois últimos são também citados uma vez cada um junto com a Bíblia). (4) Nas observações que

seguem me baseio no verbete "hesed" do próprio H.J. STOEBE no "Theologisches Handwörterbuch zum A.T." de JENNI-WESTERMANN (cf. tr. it.: *Dizionario Teologico dell'A.T.*, Torino, Marietti, 1978, I, col. 520-539). Segundo o mesmo, o termo "Hesed" aparece 245 vezes no AT, 127 das quais nos Salmos. O adjetivo *hasid* aparece 32 vezes, das quais 25 nos Salmos. (5) Assim STOEBE resume o pensamento de GLUECK (no citado verbete "hesed" do TWAT, tr. it., col. 122). Confronte-se a opinião de GLUECK com a nota 12 da Encíclica DM, que assume suas conclusões, mas procurando matizá-las. (6) Também a Encíclica DM reconhece o antropomorfismo de certas expressões relativas à "misericórdia" de Deus (cf. nota 12) e chega a falar numa "psicologia" de Deus. (7) Sobre o tema da misericórdia no AT e no NT, uma orientação básica, mas excelente, é fornecida pelo **Vocabulário de Teologia Bíblica** dirigido por X. LÉON-DUFOUR (ed. Vozes, 1972; 2ª ed., 1968) (cf. o verbete "Misericórdia"). Mais breve é o verbete "Misericórdia" do **Dicionário de Teologia Bíblica** (Loyola, S. Paulo 1972, 2 vols.); pode ser completado com a consulta dos verbetes "Bondade" e "Graça". — Uma obra clássica sobre os temas conexos com a misericórdia (*hesed*, *rahamim*, *hen*, etc.) é a de Jacques GUILLOT, **Thèmes Bibliques** (Aubier, Paris 1911; cf. tr. it.: **Temi Biblici**, Milano, Vita e Pensiero, 1914, 386 p.; interessam os capítulos II e III, p. 33-127). (8) Sobre a parábola de Lc 13,11-32, cf. J. JEREMIAS, **As parábolas de Jesus**. Paulinas, S. Paulo 1976, p. 127 ss. — Considerei também J. DUPONT, **Por que parábolas?** Vozes, 1980, e outros. (9) As relações entre pai e filho são um tema freqüente também nos trabalhos literários de Karol Wojtyła. Num recente "mistério" (peça de teatro que imita o teatro medieval), que trata da "irradiação da paternidade", o personagem principal é Adão, o pai (cf. Stanislaw Andrzej Gruda (= Karol Wojtyła): *Il mistero della paternità*, "CSEO documentazione", nº 149, aprile 1980, p. 149-170; trad. de "Znak" nº 302, nov. 1979). (10) Esta temática, desenvolvida por Karl BARTH e H. U. von BALTHASAR, aqui só pode ser mencionada. Um

resumo desses dois autores se encontra em J. RATZINGER, **La fraternidad cristiana**, Taurus, Madrid 1962, p. 98 ss. (tr. esp. de "Die christliche Brüderlichkeit", 1960). (11) A contribuição a que todos os exegetas remetem é ainda a de R. BULTMANN, **éleos**, verbete do ThWNT (II, 474, 474-483; tr. it., **Grande Lessico del N.T.**, III, 399-424). — O tema deve ser completado com o estudo do termo "oiktirmós" (que corresponde ao hebraico "rahamim" = "entranhas de misericórdia"). (12) O NT usa o substantivo **éleos** 27 vezes; a DM só cita 6 desses textos. O verbo **eleéo** é usado 32 vezes no NT; é citado pela Encíclica só através de dois textos (Mt 5,7 e 18,33). O adjetivo **eleémon** também é citado através de Mt 5,7 (o outro caso do NT, Hb 2,17, não aparece na DM). (13) No nº 55 da DM esta bem-aventurança é apresentada como constituindo, "em certo sentido, uma síntese de toda a Boa-Nova". (14) Das 132 notas da DM que citam a Bíblia, 96 (ou quase 3/4) se referem ao NT e 34 ao AT. (15) O termo "agápe" é, evidentemente, o mais famoso. Cf. as obras de NYGREN, SPICQ, etc. Para uma breve notícia, ver o verbete "Amor" de WARNACH no **Dicionário de Teologia** dirigido por H. FRIES (Ed. Loyola). (16) Está ausente no "Dictionnaire de Théologie Catholique" (15 vols. em 30 tomos) e em muitos outros menores. Uma breve notícia, por A. DARLAP, na Enciclopédia Teológica "Sacramentum Mundi" (tr. esp., Barcelona, vol. IV (1973), col. 628-629. (17) Cf. **Initiation Théologique**, Cerf, Paris, 1963, vol. III (3ª ed.), p. 786. (18) S. Tomás justifica o primado da misericórdia, dizendo que Deus não tem ninguém "superior" a ele (e a quem prestar culto). Martinho Lutero dizia a mesma coisa de uma forma mais colorida, num texto em que fala da misericórdia de Deus a partir do "Magnificat". O texto é muito bonito e vale a pena de ser lido: cf. M. LUTERO, **Magnificat**, ed. Vozes, 1968 (?). (19) Na DM há só uma alusão, discreta, à Geena (inferno), como "possibilidade" real (cf. DM 56, nota 80). (20) Duas vezes também aparece a referência ao texto de Mt 25,34-40, onde Cristo se identifica ao pobre que recebe as obras de misericórdia.

# ANEXO I

Conclusões do grupo de trabalho constituído para estudo do documento "Normas Diretivas para a colaboração das Igrejas Particulares entre si e especialmente para a melhor distribuição do clero no mundo"

## 1. Ponto de partida

As recentes diretrizes da Santa Sé, no documento "Normas Diretivas para a colaboração das Igrejas Particulares entre si e especialmente para a melhor distribuição do clero no mundo", referem-se ao Motu Proprio "Ecclesiae Sanctae", no seu número 1.2. que trata da competência dos Bispos neste assunto, e sugerem que se forme um grupo de trabalho para estudo da questão: "O assunto principal das sessões de tal comissão mista deverá ser precisamente uma melhor e mais conveniente distribuição das forças do apostolado, determinando as prioridades e as opções no comum esforço de promover um apostolado de conjunto" (nº 21). A Presidência da CNBB e a Diretoria da CRB, em reunião conjunta, celebrada dia 25 de novembro de 1980, constituíram um grupo de estudo, encarregado de fazer um levantamento da situação a respeito deste problema e apontar pistas para a solução do mesmo.

## 2. Trabalho do grupo de estudo

O grupo misto teve oportunidade de realizar duas reuniões: a primei-

ra no dia 20 de fevereiro, em São Paulo, e a segunda nos dias 28 e 29 de março em Brasília. Nestas duas reuniões, o grupo realizou a seguinte tarefa:

2.1. Estudou a documentação existente e as iniciativas já realizadas pela CNBB e pela CRB neste campo.

2.2. De modo particular, estudou o levantamento feito sobre as regiões e igrejas carentes do país, e a leitura interpretativa do mesmo realizada, a pedido do próprio grupo, pelo P. Martinho Lenz.

2.3. Apontou o iter para a continuação dos trabalhos.

## 3. Documentação existente

3.1. **CNBB.** A XV Assembléia Geral da CNBB, realizada em fevereiro de 1977, aprovou as seguintes orientações, entre outras:

A. A Igreja no Brasil, num empenho de corresponsabilidade, compromete-se a participar ativamente na caminhada das regiões missionárias rumo à sua autonomia: Fazendo um levantamento da situação real das Igrejas locais em vista de uma

ajuda concreta, em recursos humanos e materiais, das Igrejas mais bem dotadas às Igrejas mais carentes.

B. Para incrementar a autonomia das Igrejas das regiões missionárias, especialmente através dos programas "Igrejas-Irmãs": a) A partir das experiências em andamento, a CNBB, através da Linha 2, elabore as orientações para uma eficaz execução dos programas "Igrejas-Irmãs". b) Organizem-se programas de entre-ajuda não só entre uma diocese e uma prelazia, como também entre grupos de dioceses e grupos de prelazias, de modo a abranger todas as dioceses e todas as prelazias.

C. Nas Prelazias se intensifique o processo de sua maturação plena de Igrejas Particulares: Favorecendo o pluralismo de Institutos e a presença de clero diocesano de outros lugares, ao lado dos membros das famílias religiosas responsáveis pelas mesmas.

D. Os Religiosos continuem sua indispensável atuação evangelizadora nas regiões missionárias: a) Empenhando mais diretamente nas mesmas, ao lado das províncias religiosas estrangeiras, as brasileiras das mesmas congregações. b) Planejando e executando uma distribuição mais equitativa de suas forças em todo o País, sob a orientação da CNBB e da CRB.

3.2. **CRB.** A XI Assembléia Geral Ordinária da CRB, realizada em julho de 1977, assumindo estas orientações da CNBB, aprovou as seguintes resoluções:

a) Solicita-se à CRB que incentive os Superiores Maiores a unificarem os esforços das Congregações que atuam na mesma área pastoral, impedindo a pulverização dos recursos, favorecendo a redistribuição e propiciando uma ação apostólica mais fecunda.

b) Tome a CRB as medidas necessárias para a concretização do projeto da CNBB referente às regiões missionárias do Brasil, coordenando a participação das Congregações a partir das necessidades da Igreja de modo a dar um testemunho de um novo espírito de responsabilidade eclesial e apostólica.

#### 4. Iniciativas neste campo

##### 4.1. A CNBB

4.1.1. Realizou levantamento das regiões e igrejas carentes, do país (Cf. Doc. 18/19a. AG).

4.1.2. Publicou orientações e critérios de engajamento de forças apostólicas, quanto às prioridades pastorais e geográficas (Cf. Doc. nº 1958/77).

4.1.3. Fez o levantamento dos programas Igrejas-Irmãs, cujos dados ainda não foram examinados. (Projeto 2.2. — 5º Plano bienal CNBB).

4.1.4. Estudou, através do COMINA, os programas de entre-ajuda existentes no Brasil, apontando pontos positivos, negativos, e exigências básicas para sua implementação e execução (17a. AG CNBB, Doc. 14)

##### 4.2. A CRB

4.2.1. No encontro anual de Presidentes e Secretários Executivos

Regionais com a Diretoria e Executivo Nacional, realizado em fevereiro de 1978, do qual participaram os responsáveis pela linha 2 da CNBB, apontou as seguintes pistas de solução para o assunto:

a) É preciso um maior conhecimento do problema por parte dos religiosos. Para isso, é necessária uma conscientização e sensibilização, através de ação conjunta de CRB e CNBB.

b) A dimensão "missionária" plena deve ser inculcada aos religiosos desde o período de sua formação.

c) Em face do engajamento cada vez maior de religiosos na atividade missionária, nos lugares mais necessitados do País, é preciso fazer **um levantamento** e avaliação de experiências, que ajude a evitar imediatismo e empirismo de iniciativas.

d) Tudo isto sirva para promover uma abertura missionária dos religiosos, primeiro dentro do próprio ambiente geográfico em que são inseridos, depois também fora do mesmo.

e) A redistribuição mais equitativa dos religiosos comece primeiro dentro da própria Regional, depois entre uma Regional e outras.

f) Favoreçam-se períodos de engajamento temporâneo em atividades missionárias, antes de um engajamento definitivo.

g) A CRB poderia assumir a montagem de equipes para ministrar cursos, encontros, etc., nas áreas das "regiões missionárias" do País.

h) A Linha 2 da CNBB articule a comunicação de informações con-

cretas de oferta e demanda de engajamento em atividades missionárias, nos setores mais carentes e em conformidade com os carismas específicos das diversas famílias religiosas.

4.2.2. Realizou um Seminário de estudos, em São Paulo, para revisão e prospecção de comunidades inseridas nos meios populares, seja das periferias, seja de áreas rurais (Cf. Convergência, dezembro/79). Este estudo será continuado este ano para o nordeste.

4.3. A CNBB e a CRB: orientaram e serviram de ligação entre Igrejas particulares e Congregações para o engajamento de Religiosos e Missionários nas regiões mais carentes.

## 5. Itér para a continuação deste trabalho

5.1. O grupo julga que o trabalho realizado é só um início. Deve ser continuado para, a partir da análise de dados e situações:

5.1.1. Descobrir e apontar exigências e prioridades.

5.1.2. Fornecer à CNBB e à CRB pistas metodológicas para: a) Sensibilizar as igrejas locais e comunidades religiosas sobre a situação atual e as urgências prioritárias. b) Apresentar motivações teológico-pastorais para urgir o engajamento das forças missionárias. Incluir nestas motivações textos da Evangelii Nuntiandi (por exemplo: 6, 9, 13, 14, 59, 60, 69) e de Puebla (por exemplo: 348, 361, 365, 366, 367, 368, 713, 769, 770, 771, 773). c) Indicar pistas concretas e critérios de engajamento.

5.2. O grupo acha conveniente que a CNBB e a CRB examinem e assumam as seguintes sugestões:

5.2.1. Divulgação do resultado destes estudos, oralmente e por escrito, através de todos os organismos de CNBB e CRB que possam ser veículo de comunicação (Regionais, meios de comunicação).

5.2.2. Elaboração de roteiros que ajudem a ler e estudar o texto; e estimular o estudo do mesmo pelos Conselhos gerais, provinciais; Con-

selhos pastorais e presbiteriais; reitores de Seminários, etc.

5.2.3. Refletir e fazer refletir sobre as condições para um deslocamento válido: motivações, preparação, acompanhamento e avaliação.

5.3. Para que o trabalho possa continuar, o grupo acha conveniente que seja designado um elemento que possa articular todo este trabalho sendo liberado a tempo pleno e assessorado pelo grupo de estudo.

---

## Você já pensou alguma vez nisto?

Sempre vi ressaltar tradicionalmente a figura do filho pródigo, na parábola do mesmo nome. Creio que o enfoque e o nome podem ser questionados. O papel do segundo filho parece não ser menos importante. Ele serve apenas de **fundo** para realçar a **figura**, que é o pecador. O segundo filho é o **justo**. Pode ser também o fariseu. A força polêmica da parábola de Jesus quer revelar exatamente que o pecador, o pródigo, é capaz de conversão. O outro pode terminar na dureza de coração, na cegueira. Deus está mais próximo do primeiro do que do segundo. Você já havia pensado nisto alguma vez? Não deixe de ler o artigo **Dives in Misericordia**, à página 408.

## Experiência fundamental na América Latina

A fé no Deus da misericórdia é compatível com uma sociedade que tolera a fome, a desigualdade gritante, a opressão, a tortura? A experiência fundamental do povo eleito é referência fundamental para o povo latino-americano: "O Senhor observou a aflição de seu povo, reduzido à escravidão. Ouvia os seus clamores. Deu-se conta de seus sofrimentos", Êx 3,7.

## Dois pensamentos

**Primeiro.** A coragem de ceder e passar, a humildade de se deixar substituir é passo decisivo no diálogo das gerações. **Segundo.** "Cristo redentor revela plenamente o homem ao próprio homem. Por isso, o homem é o primeiro caminho que a Igreja deve percorrer. É a primeira e fundamental via da Igreja, traçada pelo próprio Cristo", João Paulo II, em **Redemptor Hominis**, 14.

## ANEXO 2

### Comentários ao Levantamento das Igrejas de "Regiões Missionárias"

#### I. Algumas observações gerais

1. O presente levantamento respondeu a um pedido da XV Assembléia Geral da CNBB (1977), reforçado por um pedido semelhante na Assembléia de 1979, no sentido de se fazer um levantamento da situação real das Igrejas locais, em vista de uma ajuda concreta em recursos humanos e materiais das Igrejas mais bem dotadas para as Igrejas mais carentes.

2. Os dados coletados neste levantamento incluem as dioceses e prelazias dos dois Regionais do Norte, dos quatro Regionais do Nordeste, dos Regionais do Centro-Oeste e Extremo-Oeste; ao todo, 107 circunscrições eclesiais.

3. Foram excluídas deste levantamento as dioceses das capitais, dos Estados abrangidos por estes Regionais. A falta destes dados, contudo, cria algumas dificuldades na análise e uso dos dados (dificultam, por exemplo, as comparações com outros Regionais), razão pela qual se pensa em completar os quadros com a inclusão destes dados.

4. O questionário do levantamento foi encaminhado com data de 5/11/1979, tendo as respostas chegado entre dezembro de 1979 e setembro de 1980.

5. Sobre a qualidade das informações: a) houve uma alta porcentagem (90,7%) de respostas; b) quanto à fidedignidade: supõe-se que seja boa (não se introduziram controles): nota-se certa resistência em informar sobre a situação econômico-financeira (o que é natural); c) os dados sobre missionários(as) leigos(as) estão falhos: parecem inflacionados em algumas dioceses e carentes em outras. Razão desta falha: a falta de explicação, no questionário, sobre o sentido dado ao termo "missionário leigo", e que significava "agente não remunerado de tempo pleno".

#### II. Abrangência do Questionário

O questionário ocupou-se de 6 assuntos: (1) histórico da Igreja local; (2) a organização da Igreja local; (3) quadro de pessoal; (4) promoção vocacional e formação; (5) situação financeira; (6) necessidade de recursos humanos.

Aqui comentamos apenas os dados referentes aos assuntos 3 a 6, de acordo com a apuração feita pela Linha 2 da CNBB e divulgados no documento "Problemas Missionários" (Assembléia da CNBB, 1981).

Chamamos a atenção para a existência, no questionário, de informa-

ções úteis e interessantes sobre a organização pastoral e administrativa das dioceses e prelazias (sobre movimentos apostólicos, sobre o plano de pastoral — quando existe; sobre a existência de centros de formação, etc.).

Os dados por nós analisados, e apresentados a seguir, foram sintetizados em 5 Tabelas (ver anexo): (1) clero secular e clero religioso; (2) sacerdotes nascidos no Brasil e no exterior; (3) seminaristas diocesanos e religiosos; (4) clero nascido no lugar e (5) missionários atuantes na Igreja local. Foi acrescentada uma tabela (de nº 6) sobre a “Distribuição das Comunidades Religiosas de acordo com sua localização geográfica” (nas regiões missionárias). Os dados para esta tabela foram levantados pela CRB.

### III. Comentários sobre o quadro de pessoal

#### 1. Algumas Constatações

1.1. Em relação aos sacerdotes (ver também tabelas 1 e 2).

— Em toda esta área (excluídas as capitais), temos 1.741 sacerdotes, o que corresponde a 14,5% do clero do Brasil.

— O clero religioso predomina no conjunto (54,1% do clero são religiosos), sendo mais forte sua presença nos regionais N I, N II, CO e EO. No conjunto destes quatro regionais eles constituem 71,1% do clero.

— No norte II temos a maior proporção de clero religioso: 84,8% do clero pertence a institutos religiosos.

— No conjunto do clero, predominam os nascidos no exterior (56,1%). Se considerarmos somente as 4 regiões “mais missionárias”, N I, N II, CO e EO, temos 68,5% de padres nascidos no exterior, contra 31,5% de padres nascidos no Brasil.

— Entre o clero religioso predominam os nascidos no exterior (71,2%), enquanto apenas 32,2% do clero secular não é nascido no Brasil.

— O questionário não levantou dados sobre a idade deste clero. Se tomarmos em conta que nos últimos anos diminui o fluxo de clero nascido no exterior para estas áreas, é de presumir-se que a idade média destes padres é bastante elevada, tendendo a aumentar (tendências ao envelhecimento). Os que vêm do exterior, sobretudo latinos, são de idade mais elevada que nos anos anteriores.

1.2. Sobre os missionários. Destaca-se a presença maciça de religiosas, em sua maior parte brasileiras (81,1%). Há também a presença significativa de voluntários, quer brasileiros, quer de nascidos no exterior, revelando uma diversificação e multiplicação de ministérios leigos. Os irmãos leigos, embora constituam um contingente pequeno, têm uma presença constante, sendo 54,9% deles nascidos no Brasil.

1.3. Área de atuação. Área predominante dos sacerdotes é a paroquial. As religiosas se dividem entre uma forte presença tanto na área paroquial como na de ensino, e, depois na área de promoção humana.

1.4. Sobre a **localização das Comunidades religiosas**. A tabela nº 6 mostra onde se localizam as comunidades religiosas (masculinas e femininas) nas regiões missionárias. Os dados parecem confirmar a tendência a um êxodo em direção à periferia das capitais (14,3% das presenças) e em direção ao interior e a áreas rurais (56,3% das presenças). Entretanto, não dispomos de dados comparativos de anos anteriores, que possam confirmar esta tendência e sua força.

#### **IV. Promoção Vocacional e formação. Seminaristas diocesanos e religiosos** (Tabela 3)

No conjunto: entre os seminaristas maiores, predominam os do clero regular; já entre os seminaristas menores, as proporções se aproximam bastante (54,5% de diocesanos e 45,5% de religiosos). Haveria que examinar esta aparente mudança de tendências. A causa principal seria o reflorescimento da pastoral de vocações dos religiosos ou haverá também um arrefecimento na promoção das vocações para o clero diocesano?

Em praticamente todas as dioceses e prelazias existe uma ou outra forma de promoção vocacional.

Seria interessante examinar o tipo de pastoral vocacional: até que ponto a imagem do padre veiculada nesta pastoral corresponde à imagem do padre de que a Igreja nestas regiões tem necessidade?

Vocações para religiosas: a presença de grupos de vocacionadas para irmãs em algumas das dioceses

parece traduzir o esforço desenvolvido por algumas congregações para recrutar e formar irmãs no próprio meio do qual elas provêm e ao qual elas se destinam. É um bom sinal de vitalidade apostólica de tais congregações. Contudo, para uma melhor avaliação da situação, dever-se-iam examinar as motivações destes vocacionados. A vocação religiosa parece constituir-se em importante (às vezes único) canal de ascensão social para as meninas (não tanto para os meninos) de regiões missionárias.

#### **V. Situação financeira**

1. **Fontes.** O quadro geral é de uma dependência muito acentuada das Igrejas de regiões missionárias em relação a fontes do exterior. Nos regionais N I e N II, por exemplo, apenas numa Igreja não menciona sua dependência em relação a fontes externas (Alto Solimões).

Para qualificar melhor esta situação de dependência, dois outros aspectos deveriam ser examinados: a tendência crescente ou decrescente desta dependência e a forma de aplicação destes recursos dentro das dioceses e prelazias. A pesquisa deixa em aberto estas questões, mas seria de se perguntar se o constante afluxo de recursos externos não constitui um dos fatores para a criação ou manutenção da imagem de uma "Igreja rica" e/ou "não-brasileira".

Quanto à aplicação dos recursos, há Prelazias que se preocupam em criar com eles uma base econômica mais permanente, inclusive como fonte de rendimentos. É de se estimular esta prática? Em que condições?

Em níveis mais baixos (paróquias) ou em áreas menores, sabe-se de paróquias que optaram por não recorrer a fontes externas de recursos, como uma medida para forçar uma prática de auto-sustentação da Igreja local.

Coerentemente com este alto grau de dependência, aparece o fraco esforço de implantação do dízimo como forma regular de auto-sustentação. Será pela facilidade com que ainda se conseguem recursos do exterior?

**2. Principais dificuldades.** Aparece toda a gama de necessidades: manutenção do clero e agentes de pastoral; a formação dos mesmos e a falta de recursos para as construções (este item é pouco destacado, o que parece indicador de uma nova mentalidade menos preocupada com as edificações).

É freqüente também a menção da "falta de mentalização do povo" para a necessidade de contribuir para a sustentação de sua Igreja. Tal menção pode ser interpretada como reconhecimento de que a própria Igreja (leia-se sobretudo o clero) é responsável pela situação de dependência da Igreja em relação ao exterior.

**3. Em que gostaria de ser ajudado.** Dois itens sobressaem: recursos para a manutenção do clero e agentes de pastoral e recursos para a formação de pessoal da Igreja, sobretudo dos seminaristas. Há também pedidos para áreas pastorais específicas (catequese, pastoral social, etc.).

## **VI. Necessidade de recursos humanos**

Pela ordem de freqüência dos pedidos, temos em primeiro lugar o pedido de padres e religiosas para a pastoral, sobretudo rural (47 pedidos), em segundo, para a formação do clero e de agentes de pastoral (21 pedidos), em terceiro lugar, gente para a coordenação pastoral (10 pedidos). Menções específicas são feitas no sentido de se pedirem "sacerdotes brasileiros", comunidades religiosas para a pastoral, e em alguns poucos casos, também pedido por missionários leigos.

O quadro mostra uma Igreja consciente da sua carência de recursos humanos, em um duplo sentido: falta de forças para pastoral direta e falta de pessoal qualificado para formar os seus próprios padres e agentes de pastoral. Há também a consciência de uma Igreja muito marcada por um clero nascido no exterior (a Igreja da Amazônia, sobretudo).

## **VII. Respostas dadas e desafios que estes dados colocam**

É preciso reconhecer o esforço realizado por não poucas Igrejas e Congregações religiosas no sentido de uma melhor distribuição de forças. Indício deste esforço são os dados do clero e religiosos brasileiros não autóctones que atuam nas regiões missionárias: 23,6% do clero e 69,3% das religiosas brasileiras, que atuam nas regiões missionárias, provêm de outras regiões do Brasil. O Programa das Igrejas-Irmãs ajudou a sistematizar e garantir maior continuidade no esforço missionário dentro do Brasil.

Entretanto, as estatísticas apresentadas também fazem aparecer alguns desafios para a Igreja no Brasil, para Dioceses e Congregações Religiosas.

1º) **A persistência de um elevado grau de dependência da Igreja nas regiões missionárias em relação ao clero e recursos materiais vindas do exterior.** A diminuição do fluxo de missionários do exterior para o Brasil faz prever uma escassez de clero sem precedentes nestas regiões missionárias. Qual a solução para este desafio? As próprias Igrejas missionárias parecem ter indicado a direção, no encontro das Igrejas-Irmãs de abril de 1978, realizado em Itaiçi: "Neste contexto (da realidade sócio-cultural do povo destas Igrejas) apresenta-se-lhe como fundamental uma reestruturação dos ministérios, seja através da criação de novos, seja através da valorização de outras formas de presença de Cristo no meio do povo, seja através de um encaminhamento realista em vista da solução da carência de sacerdotes" ("Perspectivas das Regiões Missionárias do Brasil", p. 2).

2º) **A grande concentração geográfica dos religiosos nascidos no exterior.** Estes se concentram nas Igrejas da Amazônia, e do Centro-Oeste. Embora explicável, este fato cria sérias limitações para a imagem da Igreja e a inculturação da fé no meio do povo. Que passos precisam ser dados para enfrentar este problema, com vistas a uma solução efetiva?

3º) **As prioridades do esforço missionário.** As necessidades maio-

res das Igrejas em regiões missionárias foram expressas e coincidem em larga medida com as prioridades fixadas em relação ao programa das Igrejas-Irmãs.

O auxílio que está sendo oferecido e o que vem sendo projetado a nível de dioceses e de Congregações vai no sentido destas prioridades? É um esforço suficiente em vista do que a situação pede? De que forma uma mais efetiva colaboração entre clero diocesano e religiosos, tanto nas Igrejas de origem como nas áreas missionárias, podem melhorar os serviços oferecidos às Igrejas de áreas missionárias?

4º) **O desafio missionário das periferias das grandes cidades.** Embora não mencionado no questionário, este desafio está vivo e parece cada vez mais urgente, face às características que o processo de urbanização assumiu no país na última década: acelerado e desorganizado. Nas periferias das metrópoles parecem repetir-se, "mutatis mutandis", os desafios missionários colocados pelas tradicionais regiões missionárias: escassez de pessoal, Igrejas "ricas" e "pobres", concentração de pessoal nascido no exterior nas periferias, e outros. Como atender a estes novos desafios, sem arrefecer no esforço missionário em relação à Amazônia e ao Nordeste? Uma Igreja toda missionária saberá encontrar energias para responder, com generosidade a este duplo desafio. O projeto Igrejas-Irmãs oferece exemplos de como Igrejas que ajudam Igrejas-Irmãs mais pobres crescem em dinamismo para resolver os seus próprios problemas (ver anexo).

## Levantamento das Igrejas de "Regiões Missionárias" — 1980

Tabela 1. Clero Secular e Clero Religioso

Região	dioceses	clero secular		clero religioso	
		abs.	%	abs.	%
N I	16	52	29,5	124	69,5
N II	11	30	15,2	167	84,8
NE I	8	137	76,2	42	23,5
NE II	15	141	60,0	94	40,0
NE III	20	183	59,4	125	40,6
NE IV	16	106	49,0	110	51,0
CO	8	98	44,1	124	55,9
EO	14	52	25	156	75
Total	108	799	45,9	942	54,1

- Obs.: 1) Nestas estatísticas não se incluem as dioceses das capitais.  
 2) NI + NII + C + EO: clero secular: 232 (28,9%); clero religioso: 571 (71,1%).

## Levantamento das Igrejas de "Regiões Missionárias" — 1981

Tabela 2. Sacerdotes nascidos no Brasil e no exterior

Regiões	Nascidos no Brasil				Nascidos no Exterior			
	sec.	rel.	total	%	sec.	rel.	total	%
N I	10	28	38	22,9	42	96	138	77,1
N II	20	15	35	16,5	10	152	162	83,5
NE I	131	19	158	83,8	6	23	29	16,2
NE II	88	38	126	53,6	53	56	109	46,4
N III	118	36	154	50	65	89	154	50
N IV	66	15	81	37,5	40	95	135	62,5
CO	60	38	98	44,1	38	86	124	55,9
EO	25	57	82	39,4	27	99	126	60,6
Total	518	246	764	43,9	281	696	977	56,1

- Obs.: 1) Nestas estatísticas não se incluem as dioceses das capitais.  
 2) NI + NII + CO + EO: nascidos no Brasil: 253 (31,5%); nascidos no exterior: 550 (68,5%).

## Levantamento das Igrejas de "Regiões Missionárias"

Tabela 3. Seminaristas diocesanos e religiosos

Regiões	Seminaristas maiores				Seminaristas menores			
	diocesanos		religiosos		diocesanos		religiosos	
	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
N I	9	50	9	50	64	82	14	18
N II	17	70,8	7	29,2	74	26,4	206	73,6
NE I	28	100	0	—	63	86,3	10	13,7
NE II	50	92,5	4	7,5	71	78,9	19	21,1
NE III	41	82	9	18	33	64,7	18	35,3
NE IV	63	90	7	10	126	77,9	37	22,7
CO	61	93,8	4	6,2	43	57,3	32	42,7
EO	12	75	4	25	61	35,7	110	64,3
Total	281	86,5	44	13,5	535	54,5	446	45,5

Obs.: Nestas estatísticas não se incluem as dioceses das capitais.

## Levantamento das Igrejas de "Regiões Missionárias" — 1981

Tabela 4. Clero nascido no lugar

Região	clero secular	religioso clero	total do clero autóctone	total do clero	% do autóctone sobre o total
N I	2	2	4	176	2,5
N II	10	5	15	197	7,6
NE I	84	7	91	187	48,6
NE II	117	5	122	235	51,9
NE III	42	6	48	308	15,7
NE IV	39	3	42	216	19,4
CO	24	4	28	222	12,6
EO	4	1	5	208	2,4
Total	322	33	355	1.749	20,3

Obs.: 1) Estas estatísticas não incluem as dioceses das capitais. 2) NI + NII + CO + EO: 52 padres autóctones (6,5% do Clero).

## Levantamento das Igrejas de "Regiões Missionárias" — 1980

Tabela 5. Missionários atuantes nas "Regiões Missionárias"

Regional	Religiosos nascidos			Irmãos leigos nascidos			Voluntários(as) nascidos(as)		
	no lugar	no Brasil	no exter.	no lugar	no Brasil	no exter.	no lugar	no Brasil	no exter.
N I	45	171	106	1	33	20	7	32	33
N II	88	185	42	2	16	30	0	12	12
NE I	90	219	29	7	1	6	206	6	8
NE II	113	483	66	1	21	7	7	15	5
NE III	40	325	93	0	10	9	5	8	21
NE IV	31	315	98	0	6	19	13	10	17
CO	12	245	63	1	31	18	5	9	3
EO	30	232	96	2	8	6	2	26	8
Total	369	2.172	593	14	126	115	245	118	107

## Situação dos religiosos no Brasil — 1981

Tabela 6. Distribuição das comunidades religiosas de acordo com a sua localização geográfica (Regiões Missionárias)

Regionais	Localização geográfica das comunidades religiosas					
	centro	periferia	interior	área rural	área indig.	total
Manaus	46	5	77	50	15	193
Belém	100	22	132	—	2	256
São Luiz	40	10	52	29	2	133
Teresina	4	10	25	1	—	40
Fortaleza	34	71	90	20	—	215
Recife	194	105	176	12	4	491
Salvador	77	32	56	173	—	338
Goiânia	40	29	208	16	1	294
Campo Grande	59	30	87	29	13	218
Total	594	314	903	330	37	2.178

Obs.: 1) Os dados incluem as dioceses das capitais. 2) 27,7% das comunidades religiosas localizam-se nos centros das capitais; 14,3% nas periferias; 56,3% no interior e em área rural, e 1,7% em áreas indígenas.

# COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE E TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

*A fé cristã funciona como uma mística poderosa, como uma utopia de grande fôlego que sustenta as ações e lhes confere um peso de eternidade. É preciso uma mística que confira sentido a todas as tribulações.*

*Um povo sem uma utopia não vive socialmente.*

**Frei Leonardo Boff, OFM**

Petrópolis, RJ

Há uma conexão muito estreita entre o fenômeno das comunidades eclesiais de base e a teologia da libertação. No contexto latino-americano, um não pode ser pensado sem a outra. As comunidades eclesiais e a teologia da libertação são dois momentos de um mesmo processo de mobilização do povo e de um processo que parte do povo. As comunidades eclesiais representam a prática da libertação popular e a teologia da libertação, a teoria desta prática. Para maior clareza, abordaremos separadamente cada um destes pólos, e depois procuraremos articulá-los e mostrar sua implicação mútua.

## **I. CEB: povo pobre e crente que se organiza partindo da fé**

A vasta rede de comunidades de base não deve ser entendida isoladamente como um mero fenôme-

no intra-eclesial. Na verdade, ela representa a expressão religiosa da mobilização popular que, em toda a América Latina e em frentes distintas, ganhou corpo nos anos 60. A inserção, cada vez mais profunda, do Continente no sistema capitalista transnacional trouxe contradições sociais que foram imediatamente sentidas e elaboradas pelas camadas populares, marginalizadas em face dos benefícios do desenvolvimento. Com o advento dos regimes militares de Segurança Nacional e a conseqüente repressão dos canais populares (partidos, sindicatos, associações operárias, camponesas, etc.), as comunidades eclesiais assumiram, para além do seu significado primeiro, o religioso, uma importância social considerável.

Dentro desta mobilização mais geral, o aparecimento das comunidades eclesiais deve-se à convergên-

cia de outros três movimentos de Igreja: o movimento dos **catequistas populares** de Barra do Piraí (Rio de Janeiro) que, nos anos 60, se organizou para suprir a carência de sacerdotes na Diocese; o **movimento de educação de base (MEB)** de Natal (Rio Grande do Norte) que, com suas escolas radiofônicas uniam evangelização e promoção humana nos meios pobres e oprimidos; os **planos de pastoral de conjunto** da Conferência Nacional dos Bispos que tencionava, já antes do Concílio Vaticano II, dinamizar todas as forças vivas da Igreja, especialmente as paróquias e o laicato. Sem a articulação destes movimentos, interno e externo, dificilmente se pode compreender o aparecimento das comunidades e de suas práticas alternativas. O eclesial e o social estão associados, desde o princípio, na configuração das comunidades.

### 1. Como se estrutura e funciona a comunidade de base

A comunidade eclesial de base é constituída de um grupo de 15 a 20 famílias, ou mais, que se reúnem em torno da Palavra de Deus para expressar e alimentar sua fé, discutir à luz desta Palavra seus problemas, e ajudar-se mutuamente.

Primeiramente, ela é uma **comunidade**: grupos primários e vizinhos com relações imediatas e participação igualitária. Em segundo lugar, trata-se de uma comunidade **eclesial**: o elemento religioso constitui o princípio estruturante; o Evangelho e o próprio sentido de pertença à Igreja é que propiciam a formação da comunidade. Finalmente a comunidade eclesial possui uma carac-

terística de **base**. Os participantes, em sua quase absoluta maioria, pertencem à base da sociedade como **onerários**, empregados, subempregados, donas de casa, camponeses, pequenos proprietários, numa palavra, as camadas populares pobres; pertencem também à base da Igreja, pois se trata de leigos, simplesmente cristãos ou antigos membros de alguma associação paroquial (apostolado da oração, cruzada eucarística, marianos, etc.). Tudo começa com círculos bíblicos que se vão conquistando uma situação estável até formar a comunidade, geralmente constituída de 10 a 20 grupos de reflexão bíblica. Há monitores para cada grupo e coordenadores que animam, presidem e dão coesão à comunidade. Reúnem-se uma ou mais vezes por semana. Dentro da comunidade emergem vários serviços (ministérios laicais), como os ministros dos enfermos, da catequese infantil, de grupos de jovens, do matrimônio, os que promovem a articulação com outras comunidades ou movimentos populares (sindicatos, associações de bairro, equipes de mães, etc.).

O método habitual nos encontros é o já consagrado na prática e na reflexão latino-americana: **ver-julgar-agir**. E começa-se sempre com cânticos e orações espontâneas, leitura de algum trecho bíblico, discussão dos problemas e esclarecimento da Palavra escutada e comentada comunitariamente. A página da Bíblia é confrontada com a página da vida. No fim, tomam-se resoluções tendo-se em vista alguma ação comum. A preocupação básica consiste em partir sempre da vida tal

como o povo a sente. Partindo daí, questionar o sentido dos textos sagrados.

O nível de consciência das comunidades abrange comumente três etapas. Inicialmente, os membros descobrem a **Igreja**, ou melhor, descobrem que são Igreja: preparam as liturgias, apropriam-se da palavra, comentando os textos escriturísticos e formulando orações, inventam dramatizações e celebrações. Num segundo momento, descobrem a **vida**, os problemas domésticos, profissionais, a pobreza do grupo; tudo isto não é indiferente para a fé e para o Evangelho. Sob a inspiração religiosa, passam elas à prática da ajuda mútua. No terceiro momento, descobrem a **sociedade** e seus mecanismos de dominação. Dão-se conta de que sua situação de marginalizados é produzida por certo tipo de sociedade elitista e concentrada nas mãos de poucos. Geralmente, o povo parte de uma perspectiva **religiosa**: a pobreza que sofrem é opressão que significa pecado e contradição do desígnio de Deus; depois, ele passa para uma visão **moral**: trata-se de injustiça social, de ganância, de desejo desordenado de lucro; em seguida, chega ele a uma expressão **política**: há interesses de classe, exploração, violação de direitos básicos, e desemboca, finalmente, numa interpretação **econômica**: dominação de uma classe sobre a outra, desigualdades de condições e opressão. Evidentemente, a sucessão das etapas não é mecânica, mas, nos grupos mais conscientes, os níveis de análise estão muito presentes. O importante é compreender que, mediante a reflexão religiosa e a sensibilidade moral, é que as comunida-

des atingem os problemas políticos e sociais.

## 2. Significado social e político das comunidades eclesiais de base

Primeiramente as CEBs têm um significado eclesial muito grande. Fala-se de uma verdadeira eclesio-gênese, isto é, do nascimento da Igreja a partir da fé do povo. As comunidades afetam a estrutura de poder na Igreja que, como sabemos, está nas mãos de uma pequena elite, o corpo hierárquico. Todo o movimento das comunidades implica um processo de distribuição diferente e mais participado do poder sagrado, na doutrina, no culto e na organização. Não queremos detalhar esta dimensão intra-eclesial, porque ultrapassa o tema que nos propusemos abordar. Por isso, vamos deter-nos na dimensão social e política, conscientes de que ela não é independente da outra, nem subsiste sem seu substrato evangélico e eclesial.

### a) O caráter libertário da fé cristã

Para compreender os traços sociais e políticos das comunidades de base faz-se necessário considerar, previamente, o caráter libertário que a fé cristã assumiu nas comunidades. Sabemos que a religião cristã, na história do Ocidente e, de forma particular, na época da colonização ibérica do Continente e mesmo em períodos mais recentes, servira de aparelho ideológico de legitimação dos poderes dominantes. Sociólogos, como Max Weber e Karl Marx, atribuíam exatamente esta função à religião: a função de ser fator de apaziguamento das classes dominadas e

de justificação das classes dominantes. Nas comunidades emerge uma função de mobilização, contestação e libertação da religião. Além disto, sabemos também que a religião veicula um discurso genérico sobre os fins últimos (os novíssimos), sobre os grandes ideais da vida, como o amor, a justiça, sem apresentar mediações concretas e estratégias de ação. E a mobilização popular nas comunidades cristãs, em nome do Evangelho, faz-se em função de interesses muito concretos, como a obtenção de escola no bairro, de água, de ônibus, o custo de vida, reivindicações salariais, etc. Como ocorreu esta guinada? Que relação existe entre fé e compromisso social?

A primeira coisa que se precisa reconhecer é o fato da religião significar a cosmo-visão natural do povo pobre. Ele não passou, como as elites intelectuais, pela crise da secularização e da *Aufklärung*. A religião constitui a porta de entrada para todos os outros problemas. Quando o povo se dá conta de que há uma contradição entre sua fé e as propostas políticas apresentadas, ele manifesta imediatamente suspeita e retração. Isto se mostra particularmente válido no contato com os marxistas que se apresentam como ateus e críticos diante da religião popular.

A dimensão libertadora da religião só vem à tona quando o povo se liberta de certo tipo de leitura do capital religioso que oculta as contradições da sociedade. Há uma leitura da Bíblia, por exemplo, que se faz partindo-se da posição em que se acham os grupos dominantes: tu-

do se apresenta harmonioso e os conflitos são transferidos para uma esfera abstrata, entre o bem e o mal, o pecado e a graça, o diabo e Deus. As contradições reais entre os oprimidos e famintos de um lado, e as classes opulentas e bem alimentadas do outro permanece encoberta neste tipo de leitura. Quando, porém, o povo começa a apropriar-se da interpretação dos textos sagrados, e os interpreta partindo de sua situação social de marginalizados, aparece, então, a imagem de Deus como o Deus dos pobres e cativos do Egito que disse: "Ouvi os clamores de meu povo, suas queixas contra os opressores, fixei-me em seus sofrimentos; e decidi libertá-los" (Êx 3,7). A dimensão libertadora e não mistificadora da religião depende do lugar social em que o intérprete se coloca.

Em cursinhos de treinamento nos fins de semana, os coordenadores das comunidades e os membros em seus círculos bíblicos aprendem a fazer esta leitura dos textos fundadores da fé, partindo de sua ótica de pobres e explorados. Evidentemente, esta leitura é interesseira (ideológica se se quiser), como o é toda leitura; aqui, porém, o interesse é o da libertação dos humildes; este interesse é o de toda a Bíblia e dos Evangelhos em particular. Por isso, podemos dizer que o interesse da libertação é o único lugar hermeneuticamente correto, a partir do qual se deve ler os textos sagrados, e que não violenta a natureza da revelação.

Nem a Bíblia sozinha, nem a realidade da pobreza somente levam a uma interpretação libertadora, mas

antes a forma como se articulam estas duas realidades. Confrontando uma com a outra, a página da Escritura com a página da vida, é que aparece o impulso para o compromisso de transformação da sociedade. Partindo daí, o povo estabelece a ligação entre o religioso e o social.

Se a religião manifesta uma face libertadora, convém dizer que isto significa apenas **uma** faceta da religião. Ela não é totalmente absorvida por esta perspectiva. Na verdade, a religião só é libertadora quando permanece o que é: religião, que vive de sua instância própria que é a oração, a celebração, a ação de graças, a mística. Encontramo-nos aqui diante de algo não-político, porém de algo que não é apolítico nem antipolítico, mas, sim, suprapolítico e que também possui uma função política. Serve de controle do político em sua vontade de absolutização, e mantém-no dentro de seu caráter relativo. A dimensão libertadora não é agregada à religião, mas é extraída dela. O discurso religioso concreto é, a seu modo, libertador. Isto é importante para os agentes de pastoral que vêm das camadas médias e que optam por trabalhar em meios populares. Não é suficiente a boa vontade heróica; faz-se necessária uma mudança de lugar social, a qual implica em assumir a óptica dos pobres e uma ideologia contrária à dominante e dominadora. A fé funciona como uma mística poderosa que impregna todas as práticas; mesmo quando se fazem detalhadas análises sociais, a fé não fica destituída de sua função, porém, antes, perpassa a racionalidade e com esta se compõe; sua função consiste em

decifrar o sentido último da história, envolvendo também o político.

Uma vez feitos estes esclarecimentos prévios, podemos já delinear alguns traços sociais e políticos das comunidades eclesiais de base.

#### **b) As comunidades, lugar onde a massa se faz povo**

Os pobres na América Latina foram sempre marginalizados dos grandes processos sociais. A sociedade não é construída em função de suas necessidades básicas, mas em função de minorias que têm e controlam quase tudo. Trata-se não de um povo que possui uma consciência, um projeto e uma história, mas de uma massa informe e manipulável. A comunidade de base significou para quase todos um refazer-se do tecido social rompido. Homens, que agora se reúnem, tomam a palavra, podem expressar suas opiniões sem medo de repressão, discutir seus problemas em sua linguagem, fazer suas celebrações no universo simbólico próprio das classes dominadas. A comunidade, para além de seu significado religioso, possui este significado alto: o de lugar onde a massa pode ser povo. Pouco importa o que discutem, o importante é que falem e se sintam donos de seu discurso sempre desprezado como ignorante ou difamado como mitológico. Nas comunidades, criam-se os elos de sociabilidade, de diálogo, de reflexão, realidades sem as quais toda política é mera retórica. Quase todos os membros das comunidades vivem sob o império das necessidades básicas de comer, vestir e morar; o tempo é empregado inteiramente na faina

diária de sobreviver. Nas comunidades, eles podem, de certo modo, passar para o reino da liberdade, na alegria do encontro, dos jogos de que tanto gostam, da dança, das festas, das celebrações religiosas. Tais atividades, que para as classes beneficiadas não constituem problemas, significam para os pobres espaços onde estes recuperam a alegria de viver, realimentam a esperança e reconstituem o sentido da vida, continuamente destruído pela irracionalidade do sistema social que os esmaga. Um povo que não sabe celebrar não tem forças para a libertação e para a liberdade.

### **c) As comunidades como instrumento de conscientização**

Nos grupos bíblicos ou nos encontros comunitários, o povo já está acostumado à dialética evangelhizada, a refletir sobre seus problemas à luz da Palavra da revelação. Este exercício transborda de sua importância religiosa; o povo aprende a refletir de forma ordenada e sistemática. Desperta a reflexão crítica, cuja essência consiste em desfatalizar a miséria em que vivem. Já não é simplesmente vontade de Deus ou uma realidade natural; detectam-se os mecanismos que a produzem, seus agentes, as estratégias de dominação. A visão da realidade supera a fragmentação, que é típica de uma consciência alienada e que se globaliza na consideração dos nexos causais. A todo este processo chamamos conscientização.

Alguém poderia pensar que o discurso religioso não seja adequado para interpretar a realidade social. Devemos dizer que o discurso reli-

gioso é adequado para motivar a exigência de uma interpretação da realidade que mostre a verdade desta realidade, em vez de favorecer sua ocultação. O sentido de justiça, de disponibilidade, de compromisso e de disposição de luta gerados pela reflexão religiosa requerem uma análise que tenha em vista a eficácia libertadora. Por isso, nos grupos e cursinhos, fazem-se análises da realidade das classes no país e na região, das ideologias que estão por detrás dos diversos partidos, dentre estes dos que são aliados na luta, etc. A fé incorpora uma visão de clareza política, porque fé aqui significa fundamentalmente uma prática ou "uma concepção ativa do mundo" (Gramsci). Aqui, a religião se apresenta não como obstáculo à transformação do mundo (visão marxista), mas como fator de mobilização popular em vista da libertação.

### **d) As comunidades como lugar de uma prática libertadora**

A nível popular, não existe uma distinção clara entre política e fé: tudo forma uma realidade única; a fé desdobra-se politicamente de forma natural; a fé não é acrescentada à política; esta decorre daquela.

A comunidade eclesial, apesar de sua característica religiosa, tem uma inscrição social. O simples fato de pessoas se encontrarem, refletirem juntas e se proporem alguma atividade coletiva já constitui um acontecimento social ou político. Por isso, as comunidades representam uma forma de organização autônoma, não dirigidas e comandadas de cima. Elas tiveram uma importância

decisiva em algumas iniciativas populares como na organização de sindicatos livres, nas greves dos metalúrgicos, no aparecimento do Movimento contra o Custo de Vida, nas lutas pelos direitos dos camponeses e dos índios.

Nos lugares onde não existem as organizações populares, as comunidades desempenham múltiplas funções: é o lugar da escola, do esporte, da luta pela terra, da educação partidária. Onde já existem as organizações populares que assumem suas funções, as comunidades mantêm com elas uma relação livre e solidária; geralmente os membros das comunidades são os mais ativos de tais organizações, ou orientam os participantes para agirem em tais organismos populares. Não se deve substancializar as comunidades e considerá-las como uma realidade fechada sobre si mesma; na verdade, trata-se de um conjunto de relações sociais de raiz religiosa, mas que penetra todo o tecido social popular.

#### **e) As comunidades, lugar de ensaio de uma democracia participante**

A dinâmica interna das comunidades implica uma mentalidade democrática, pois se fundamenta sobre a participação igualitária de todos os membros. O exercício constante da democracia, quando se fala, quando se discorda, quando se aceita a vitória da maioria, constitui um fator altamente educativo do povo. É talvez neste âmbito que se evidencia a dimensão libertadora da comunidade, pois a libertação não é apenas um conteúdo, mas também uma forma e um estilo de relação não dominadora. A política aparece

em seu sentido originário de busca em comum do bem comum, luta pela própria emancipação e transformação da sociedade em direção a formas mais participadas de convivência. Estamos aqui diante de outro tipo de democracia: não é mais a clássica democracia representativa, definida como delegação de poderes e exercida pelo parlamento, mas uma democracia fundamental, participativa, em que o poder é exercido de forma mais direta e em contínuo contato com a fonte de todo o poder, o povo. Pode haver, evidentemente, representação, porém não substituição.

Por causa desta prática democrática, não são poucas as comunidades que já se situam de maneira muito crítica diante dos partidos tradicionais, geralmente de origem burguesa. Por exemplo, centenas de Comunidades de uma diocese elaboraram critérios de preferência diante dos partidos; os critérios seriam os seguintes: que o partido seja popular de verdade, que defenda os direitos dos oprimidos, que tente mudanças sociais e não se restrinja à sua própria manutenção, que combata todo tipo de ditaduras e poderes opressores, que lute pela independência econômica do país, que tenha uma orientação socialista no sentido de colocar a economia e o poder político nas mãos do povo.

As principais formas concretas de práticas comunitárias são as roças comunitárias, as cooperativas de compra e venda, as farmácias comunitárias, os "mutirões" (trabalho coletivo para construir casas, para realizar tarefas no campo). Tais práticas constituem brotos de uma sociedade alternativa.

Poderíamos detalhar mais o significado social e político das comunidades. Estes traços já nos dão uma idéia de uma mobilização popular autônoma de grande alcance e hoje suficientemente forte para suportar as pressões do *status quo* interessado na sua manutenção e em seus privilégios. A fé cristã funciona como uma mística poderosa, como uma utopia de grande fôlego que sustenta as ações e lhes confere um peso de eternidade. Uma política não vive de meros manejos e da composição de interesses. É preciso haver uma mística que confira um sentido a todas as tribulações. Um povo sem uma utopia não vive socialmente. Com o apagar-se do fascínio das grandes utopias sociais (capitalista e socialista-marxista), hoje parece que a religião, purificada e melhor articulada com a história, pode oferecer um sentido pelo qual valha a pena viver e morrer. Isto é verdadeiro pelo menos a nível popular.

## **II. A teologia da libertação: a teoria das práticas libertadoras**

Toda praxe contém dentro de si sua teoria correta. Assim ocorre com a teologia da libertação que pretende ser a teoria adequada às práticas do povo oprimido e crente; ela quer ser o momento de esclarecimento e de animação do caminho da libertação popular, sob a inspiração evangélica.

### **1. Dois pressupostos básicos da teologia da libertação**

Dentro da teologia da libertação há várias tendências: uma

que enfatiza mais o aspecto analítico da pobreza e, partindo daí, reúne os dados de fé que ajudam a superar esta situação; outra que parte de preferência de uma visão bíblica e que se aproxima da realidade a partir de uma perspectiva teológica; uma terceira que quer valorizar a religiosidade popular e seu aspecto de resistência e de libertação; e, como estas, outras correntes. Todas elas, porém, partem de dois pressupostos básicos e têm uma nítida intenção libertadora.

Primeiro pressuposto: a teologia da libertação pressupõe uma experiência espiritual de encontro com o Senhor na massa dos pobres. A teologia é um esforço de aprofundamento e de sistematização desta experiência.

Segundo pressuposto: só se pode elaborar uma teologia verdadeiramente de libertação com a condição de que o teólogo tenha feito uma opção clara pelos pobres e pela libertação destes. Isto implica o fato de que sua interpretação da realidade social se processe em vista dos interesses dos pobres e utilize uma metodologia que ponha às claras os mecanismos produtores da pobreza; que veja o mundo partindo dos pobres, que descubra e defenda os valores da cultura dos pobres. Sem estas duas posições fundamentais, uma teologia chamada de teologia da libertação não passará de retórica.

### **2. Como se constrói a teologia da libertação**

Aqui não é o lugar propício para entrar em detalhes sobre a metodo-

logia deste tipo específico de reflexão. Primeiramente, é preciso dizer que existe uma teologia da libertação que é feita pelos próprios agentes pastorais, pelos grupos de reflexão sobre suas práticas imediatas: é o esforço de reflexão que utiliza os textos bíblicos e as doutrinas da tradição, os documentos pontifícios, para fundamentar práticas concretas. Esta teologia não é sistemática, nem possui rigor epistemológico. Ela significa, porém, uma reflexão séria sobre as práticas das comunidades.

Há outra que tem como preocupação o rigor do método e a organização sistemática de todas as etapas e mediações necessárias para que se possa chamar efetivamente de teologia. A teologia da libertação quer ser verdadeira teologia, isto é, um discurso que tenha Deus (encarnado) como centro, um Deus que está presente também nas instâncias históricas, políticas, econômicas e sociais. Esta teologia trabalha a um nível crítico as três etapas já consideradas anteriormente: ver, julgar e agir.

**a) O momento do ver:  
mediação sócio-analítica**

Trata-se inicialmente de conhecer a realidade conflitiva em que existem as grandes maiorias pobres e as minorias opulentas. O teólogo, neste momento do ver, utiliza as informações que lhe são fornecidas pelas ciências do social e do homem, como a política, a economia, a antropologia social, etc. Não é, porém, qualquer tipo de ciência que ajuda a entender os mecanismos que geram opressão e pobreza. A teologia

da libertação, em vista de seu interesse libertador e partindo de sua opção pelos pobres, deu prioridade à tendência dialética em relação à funcionalista, na análise da sociedade. É aí que ela percebe que a pobreza é produto de certo tipo de desenvolvimento desigual, em que os benefícios vão para as minorias ricas e os encargos e malefícios para as maiorias empobrecidas. Assim, a pobreza aparece com sua face de opressão (no sentido político), de exploração (no sentido econômico), de injustiça (no sentido ético) e de pecado (no sentido teológico).

**b) O momento de julgar:  
mediação hermenêutica**

Uma vez feita a descodificação da realidade social, impõe-se uma leitura teológica com os recursos próprios da fé e das fontes da fé (Escritura, Tradição, Magistério, *sensus fidelium*, etc.). Trata-se de discernir a presença do pecado (opressão) e dos frutos da graça (libertação) que se verificam dentro da realidade, vista agora sob a luz da fé, da presença ou negação do desígnio de Deus. Entram aqui os estudos exegeticos, históricos e propriamente teológicos que mostram como a fé ajuda um compromisso com os pobres contra a sua pobreza na construção de uma sociedade, não necessariamente rica, mas, pelo menos, mais justa e fraterna.

**c) O momento do agir:  
mediação prático-pastoral**

A ação da Igreja (pastoral) deve poder contribuir, com base em sua identidade específica, no processo de libertação: assim a liturgia, a cate-

quese, a formação de comunidades e o compromisso direto dos leigos em movimentos, partidos, grupos que querem mudanças transformadoras da estrutura da sociedade. Neste sentido, podemos dizer que nenhum grupo da sociedade foi mais conseqüente do que os grupos da Igreja, sacerdotes, religiosos e leigos que decidiram viver em meio aos pobres e junto com eles lutar pela libertação.

### 3. Conteúdos fundamentais da teologia da libertação

A teologia da libertação, mais que conteúdos novos, quer ser uma perspectiva nova a partir da qual se consideram todos os conteúdos teológicos. Assim mesmo, impuseram-se alguns temas fundamentais que sempre voltam na reflexão. Enfatiza-se muito a característica do **Deus** bíblico, a de um Deus que abomina toda injustiça e que tem uma preferência declarada pelos fracos e oprimidos. A **história da salvação** é uma história da opressão em todos os níveis (político: Egito, Babilônia; econômico: os pobres; ideológico: os enfermos, leprosos, pecadores) e das irrupções libertadoras em que Deus e os homens dão um passo à frente em direção ao Reino da paz e da justiça. **Jesus Cristo** é olhado como libertador integral, assumindo a causa dos pobres e anunciando-lhes seu privilégio de serem os primeiros no Reino. Sua morte, além de seu conteúdo oblativo, possui uma dimensão de crime político provocado por suas práticas e por um projeto alternativo de vida humana; a forma como Cristo assumiu a morte revela sua perspectiva de libertação integral. Os **pobres** consti-

tuem mais que um tema entre outros dentro dos Evangelhos; ele é um elemento substancial sem o qual não se entende a mensagem do Reino como Boa Nova dirigida especialmente aos pobres. Há uma presença particular de Cristo nos pobres e a atitude em face destes define o critério escatológico de salvação ou perdição. A **Igreja** é vista como instrumento-sinal da libertação de Jesus Cristo em meio à história; seu lugar teológico situa-se no meio dos pobres e a partir daí deve definir as outras relações com as demais instâncias da sociedade (classe média e alta, as cortes e categorias militares, etc.). A **perseguição** e o martírio como preço a pagar pela libertação; por causa disto é que existe a bem-aventurança das perseguições. Há toda uma reflexão sistemática sobre a vida religiosa em perspectiva de libertação e também boas elaborações sobre uma espiritualidade de libertação.

### 4. Perspectivas: uma teologia para toda a Igreja

Este tipo de teologia não pretende ser uma reflexão regional: de uma parte geográfica da Igreja e de um tema regional do conteúdo da fé. Ele possui dentro de si uma interpretação para toda a Igreja. Na medida em que a Igreja universal descobre uma diaconia em favor da justiça a nível internacional, em prol dos direitos humanos, particularmente dos pobres, e uma força propulsora de mudanças sociais em função de uma convivência mais humana para todos, esta teologia serve como fundamentação e animação de tais intenções e de suas práticas cor-

respondentes. As **Igrejas metropolitanas** (dos países ricos) têm que ver de que modo podem agir de forma libertadora dentro de seus países e nas relações internacionais. Não basta que tenham organismos de ajuda para os outros, os mais pobres. Elas têm que se ajudar a si mesmas e entrar num processo real de libertação. Para isto é preciso

que superem as demasiadas suspeitas relativas ao marxismo e à politização da fé, suspeitas que funcionam como mecanismos de desculpa para protelar ou não fazer as mudanças necessárias. É necessário que se abram a um diálogo franco e fraterno, aprendendo uns com os outros. **Ex peripheria lux et salus Ecclesiae!**

---

## O que é Teologia da Libertação?

Cada um dá a sua definição. Eis a minha: Discurso que tem Deus encarnado como centro, um Deus presente nas instâncias históricas, políticas, econômicas, sociais. Um Deus que se revelou como Alguém que abomina a injustiça e tem declarada preferência pelos pobres e oprimidos.

## Quais os pressupostos da Teologia da Libertação?

Dois, sobretudo. Ei-los de forma muito resumida. (1º) Uma experiência espiritual de encontro com o Senhor na massa dos pobres. A Teologia da Libertação quer sistematizar e aprofundar esta experiência. (2º) Uma opção clara pelos pobres e pela sua libertação. Por isso: pôr, às claras, os mecanismos produtores de pobreza. Ver o mundo do ponto-de-vista dos pobres. Descobrir e defender os valores da cultura dos pobres. Sem estes dois pressupostos — experiência de Deus nos pobres e clara opção por eles — a Teologia da Libertação é retórica vazia.

## Religião é libertação?

Não. A religião vive de sua instância própria: a oração, a celebração, a ação de graças, a mística. Examina a situação suprapolítica da religião à página 434.

## Por que nas CEBs o Evangelho implica interesses tão concretos?

Porque os membros das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) não passaram, como as elites intelectuais, pela crise da secularização e do iluminismo. A religião torna-se então à porta de entrada para todos os problemas. A religião é a cosmo-visão natural do povo pobre. Por isso, quando se reúne em nome do Evangelho, esta mobilização se faz em função de interesses muito concretos: obtenção de escola para o bairro, de água, de ônibus, o custo de vida, reivindicações várias, etc. E há mal nisto?

# LIVROS NOVOS

Helena Salem, coord., **A Igreja dos Oprimidos**, col. Brasil Hoje nº 3, ed. Brasil debates, São Paulo 1981.

Freqüentemente os religiosos buscam um livro, seja para si mesmos, seja para indicar a algum amigo, onde se possa ler de modo ameno e sério ao mesmo tempo, um relato sobre a caminhada da Igreja no Brasil nos últimos tempos. Pois bem, este é um livro que vem preencher essa lacuna.

Helena Salem e seus colegas de profissão, jornalistas, procuram apresentar duas coisas fundamentais nesse livro. De um lado, um trabalho estritamente pessoal deles, onde sintetizam ordenadamente imensa quantidade de informações sobre a realidade atual da Igreja do Brasil, apresentando-a de modo claro, didático, interessante e honesto. De outro lado, reproduzem uma série de entrevistas com bispos representantes das experiências mais significativas de nossa Igreja. Assim o leitor tem de um lado a parte analítica dos autores e de outro como que a prova da validade da análise com uma série de depoimentos de bispos da altura espiritual e pastoral de D. Hélder, D. Fragoso, D. Marcelo Carvalho, D. Waldyr, D. Moacir, D. Cláudio Hummes, D. José Maria, D. Alano, D. Tomas e D. Paulo Arns. Só por esses nomes, o leitor pode perceber a riqueza de experiências transmitidas aqui. E as entrevistas além do mais foram levadas com muita inteligência nas perguntas e naturalmente nas respostas.

Apresenta-se nesse livro uma visão da Igreja comprometida com o processo de transformação, revelando com realismo a esperança que tal caminhada desperta. Esse livro é um serviço à causa dos

pobres, no sentido de falar da parte da Igreja que assumiu com seriedade e radicalidade tal opção. Pode ser que o leitor saia com uma idéia excessivamente positiva do conjunto da Igreja no Brasil. Mas certamente o que aqui se relata é verdadeiro, honestamente trabalhado, ainda que se deixem de lado outras faces da Igreja. O próprio título revela a ótica dos autores. Estamos, portanto, diante de excelente jornalismo.

A parte histórica está bem traçada, seja na narração dos fatos, na sua escolha, como na análise das causas. Escaparam alguns pequenos equívocos, como de chamar D. Emilson Veloso, bispo de Petrópolis, cruzando dois nomes: D. Edmilson, auxiliar de Fortaleza, e D. José F. Veloso, auxiliar de Petrópolis e outros senões de menor monta. Aconselho, portanto, aos religiosos/as a leitura desse livro que certamente os estimulará no amor a Igreja, no compromisso com a causa dos pobres e na esperança da caminhada da Igreja. Comunidades religiosas que gostariam de informar seus irmãos de outras províncias ou países sobre o processo por que passa a nossa Igreja poderão fazê-lo recomendando a leitura desse livro. É excelente leitura introdutória para quem quer conhecer nossa Igreja.

**J. B. Libânio**

Estanislau Fragoso Batista, **Cantata de um Anistiado para depois**, Ed. Loyola, São Paulo 1981.

Este livro é um testemunho. Como diz o autor: é um grito atravessado na garganta há 16 anos que parecem 16

séculos. Trata-se de um ex-militar, casado pela Revolução de 1964 e depois anistado. Além do mais é advogado, autor de outros livros. É irmão do conhecido bispo de Crateús, D. Antônio Fragoso. Estanislau era sargento da Aeronáutica durante a Revolução. Em virtude de outro livro escrito por ele, "Entre A Noite E O Dia", onde mostrava os defeitos na formação do soldado brasileiro, foi preso durante 7 meses, expulso e agora anistado.

Neste livro ele publica o diário de seu cárcere, fazendo uma análise subjetiva e objetiva de tudo que lá aconteceu, inclusive descrevendo uma lavagem cerebral por ele sofrida. Antes do diário, Estanislau procura trazer ao conhecimento dos leitores fatos por ele vividos e dos quais poucos sabem, tais como: o que aconteceu no dia 1º de abril de 1964, já que ele era o comandante da patrulha que defendeu aquela entidade até as 16 horas do mesmo dia; a Revolta dos Sargentos de Brasília; a Revolta dos Sargentos do Parque de Aeronáutica de São Paulo; o aspecto anti-cristão da Marcha com Deus pela Liberdade e outras análises feitas de um novo ângulo.

O prefácio do livro é de D. Antônio Fragoso, que afirma haver chorado várias vezes durante a leitura dos originais. O pastor e poeta Porto Filho, da Igreja Evangélica, disse que o título do livro deveria ser Cantata de um homem livre.

**INTRODUÇÃO A SAGRADA ESCRITURA**, Josef Scharbert. Tradução do original alemão **Das Sachbuch zur Bibel** do Pe. Frederico Dattler, SVD. Editora Vozes, Petrópolis, RJ. Ano 1980. Páginas 216.

Estando esgotada a Introdução Geral de G. M. Perrella e L. Vagaggini, que é o volume I da Introdução à Bíblia de T. Ballarini, publicado pela Editora Vozes

em 1968, necessitava de profunda revisão em alguns capítulos, por ser anterior ao Concílio Vaticano II. Assim sendo, a Introdução Geral foi abandonada e substituída por outra obra não incluída na série Introdução à Bíblia. Embora a nova introdução geral tenha inegáveis méritos, é inadequada por sua extensão para servir de manual introdutório à Sagrada Escritura.

Para atender aos usuários da Introdução Geral de Perrella-Vagaggini, a Editora Vozes relança a Introdução à Sagrada Escritura de J. Scharbert, publicada pela primeira vez em 1962. Esta Introdução, bem aceita na Alemanha, foi reelaborada após o Concílio Vaticano II visando a tornar o livro ainda mais útil como manual introdutório à Sagrada Escritura. No Brasil, a obra assim refundida foi lançada com o novo título **O Mundo da Bíblia**, em 1974.

Tendo-se esgotado também esta edição, a Editora Vozes reedita agora a mesma obra mas com o título da primeira edição de 1962: **INTRODUÇÃO A SAGRADA ESCRITURA**. O texto é da edição refundida de 1974. Foram, contudo, eliminadas algumas ilustrações por demais européias, perfeitamente dispensáveis e introduzidas outras de interesse mais nosso. Com o mesmo intuito foram também substituídas algumas referências bibliográficas, úteis ao leitor alemão, por outras de valor correspondente, que melhor atendem às exigências do leitor brasileiro.

O texto da **Del Verbum** já bem conhecido da maioria dos leitores deu lugar a outros textos básicos para o estudo da Sagrada Escritura, relacionados com o tratado da Inspiração, do Cânon e da Hermenêutica. A bibliografia bíblica em língua portuguesa, incluída na edição brasileira, foi atualizada em grande parte, procurando atender ao leitor desejoso de maior aprofundamento no campo dos estudos bíblicos.

**A IGREJA E O DESAFIO DOS POBRES**, Júlio de Santana. Editora Vozes, Petrópolis, RJ. Ano 1980. Páginas 152.

A pobreza e a abundância são duas realidades contundentes de nosso tempo. Por um lado, metade da família humana vive na pobreza. A maioria, em absoluta pobreza. Seu número aumenta dia a dia. Seu estado social se deteriora. Sua própria sobrevivência está sob constante ameaça. Por outro lado, um quarto da população mundial vive numa abundância sem precedentes. Seu padrão de vida cresce constantemente. Esta situação contraditória está carregada de imensos problemas e sérios desafios. O abismo cada vez maior entre ricos e pobres e sua luta pela sobrevivência é outra causa de alarme, assim como também a abundância dos ricos, que é parte da causa do sofrimento dos pobres.

As crescentes demandas das classes afluentes sobre os escassos recursos da terra suscitam uma ameaça, tanto ao ambiente, quanto às gerações futuras. É duvidoso que a abundância tenha trazido uma melhor qualidade de vida, mesmo para a presente geração. A imagem proverbial do camelo tentando passar pelo fundo da agulha aplica-se igualmente aos ricos e às sociedades ricas.

O problema da pobreza não é novo. O dos ricos e da riqueza também não. Quase todas as sociedades, no decorrer da história, foram ricas e pobres. O novo é o aumento sem precedentes da riqueza do mundo, o surgimento de na-

ções muito ricas, estreitamente ligadas a sociedades pobres, num mundo em que, rapidamente, a interdependência se impõe. Um fato tão velho, a existência de ricos e pobres, adquiriu dimensão global. Além do mais, a situação atual dos pobres e de certas correntes das sociedades ricas são tão críticas que necessitam ser consideradas com uma urgência apocalíptica.

**A IGREJA E O DESAFIO DOS POBRES** é o primeiro de três estudos, a saber: o primeiro trata da profundidade e das perspectivas do assunto, reveladas pela Bíblia e pela história da Igreja; o segundo será formado de um conjunto de ensaios mostrando as diferentes lições que emergem da história das Igrejas e da Revolução Industrial até o presente momento. O terceiro volume tratará de como se coloca o problema no presente e de como as Igrejas vêem e respondem à questão.

O presente volume não pretende ser uma apresentação explicativa das revelações bíblicas nem das experiências eclesiais ao longo dos séculos. O objetivo é o de facilitar o processo de reflexão sobre os ensinamentos da Bíblia e as lições tiradas da História da Igreja, com referência ao desafio dos pobres. Essas reflexões podem transformar-se em estéreis e acadêmicas, se não forem relacionadas com a prática e a ação diárias. Este livro pode ser usado como ferramenta para o processo educativo e como material de consulta, em favor da obra social e a serviço da justiça.

# PSICOLOGIA E MORAL

*Na revista CONVERGÊNCIA, número 144, julho/agosto de 1981, à página 323, noticieei, de forma sucinta, em apenas 41 curtas linhas, a realização do Curso de PSICOLOGIA E MORAL. Se você tem esta revista, releia esta página. Foi uma aferição preliminar e imprecisa. Quero agora complementar, com a palavra dos próprios cursistas, o que se escreveu então. O Curso reuniu 129 Religiosos e Religiosas de 70 Congregações diferentes, na cidade de Mendes, Estado do Rio de Janeiro. Durou quatro dias. A casa onde se deu o Curso pertence aos Irmãos Maristas. Leia, nas páginas seguintes, uma síntese da AVALIAÇÃO feita pelos participantes. Avaliação simples, leal, objetiva, reveladora de acentuado interesse pelo aprimoramento da Vida Religiosa pessoal e da Vida Religiosa de quem já se definiu por ela ou se prepara para abraçá-la. É uma avaliação que não disfarça nem mascara o pensamento de quem vive no presente preparando o futuro da Congregação e, por isso, tem sempre o projeto religioso na própria rota. A CRB NACIONAL, ao programar seus cursos, intenciosa prioritariamente habilitar o religioso em capacidade de prover e prever, pois não temos no alforje de caminhheiros as respostas prontas, fáceis e rápidas para todos os questionamentos do presente e, muito menos, a visão dos desdobramentos possíveis do caminho que se abre para o futuro, muitas vezes, semeado de percalços. O Curso PSICOLOGIA E MORAL supriu uma necessidade da hora e foi um apelo ao futuro. Os Religiosos querem ver de frente. O caminho é um só. Tudo o mais é desvio. Ver, conhecer, julgar, decidir, agir. Só assim aumentam a segurança, a autoconfiança e a predisposição para acolher a inspiração de Deus (Pe. Marcos de Lima, SDB).*

## 1. Tema central e conteúdo

### Quanto ao tema

- Muito bom, útil e necessário.
- Oportuno, atual e indispensável.
- Bastante rico e atual.
- Excelente assunto, ajudou muitíssimo para a verdadeira MATURIDADE na Vida Religiosa.
- Veio ao encontro de problemas que estão eclodindo nas Comunidades Religiosas.
- O número de participantes indicou a atualidade e oportunidade do mesmo.

## **Quanto ao Conteúdo:**

- Foi abordado de forma clara e positiva.
- Valiosíssimo e orientado com muita competência.
- Possibilitou uma amplitude de horizontes nunca imaginados.
- Importante pelo contexto sócio-cultural em que vivemos.
- Oportuno face a perplexidade dos Superiores Maiores e Formadores diante do problema da homossexualidade.
- Ficou um tanto a desejar em virtude de sua diversidade: “cada caso um caso”.
- Teria sido melhor se houvesse esclarecimentos sobre outros pontos ligados à maturidade humana e afetiva.
- Tempo insuficiente para o seu aprofundamento.
- Ajudou a tranqüilizar os ânimos.

## **2. Metodologia**

- Bastante positiva, partiu da realidade, buscou julgar a mesma realidade e agir também no real.
- Método bem dosado para o tempo previsto.
- Muito válido pois partiu da base através do levantamento de casos e experiências.
- A eficiência da mesma foi prejudicada pelo número alto de participantes.
- Para a importância do assunto, o tempo foi pouco o que dificultou a aprendizagem.
- O 1º dia ajudou os participantes a se colocarem frente à problemática e entender melhor o 2º dia.
- Atingiu plenamente o objetivo porque partiu da realidade do grupo.
- O método VER, JULGAR e AGIR é de uma eficácia pedagógica incrível, pois somos tentados a querer encontrar logo as respostas para tudo. O método nos ensina a esperar.
- Um tanto sem motivação no 2º dia. Cansativa.
- Responsável pela tranqüilidade do grupo.

## **3. Dinâmica**

- De modo geral foi BOA.
- A Coordenação fez o possível para não cansar o grupo.
- O número de pessoas dificultou um maior aprofundamento do conteúdo.

- Imensamente válidas as exposições em equipe.
- A dinamização da Coordenação esteve bastante organizada.
- A dinâmica facilitou a troca de experiências e deu oportunidade de dizer o que se pensa.
- O debate em plenário nem sempre foi ordenado e orgânico.
- Bastante movimentada para se agüentar o peso do dia.
- Pouco tempo para as perguntas.
- O tempo foi insuficiente para se colocar questões e dúvidas que pesam e preocupam os Formadores.
- Horário bastante flexível, deu tempo para tudo, embora a duração do Curso fosse insuficiente para a amplitude do tema.
- A fase de levantamento dos problemas poderia ter sido mais rápida pois o tempo foi escasso para abordar tema tão vasto e de real importância.
- Poderia ter se escutado mais o grupo nos seus pontos essenciais e a partir daí acentuar o tema proposto.
- A parte expositiva no 2º dia foi bastante cansativa.
- O diálogo com o grupo foi de suma importância, levou a turma a uma eficiente participação no processo de aprendizagem e reflexão.
- As perguntas poderiam ter sido feitas por escrito para dar oportunidade aos mais tímidos.
- A troca de experiências evidenciou no início que o grupo pouco sabia do assunto.

#### 4. Equipe expositores

- **Pe. Edênio** — Excelente, sereno, seguro, calmo, convicto, transmite mais vivência do que conhecimento teórico.
- **Frei Moser** — Com simplicidade franciscana e rara sensibilidade colocou as “sombras” da Igreja, indicando metas e pistas. Grande capacidade de síntese, atualizado e seguro.
- **Dr. João Moura** — Poderia ter ficado durante todo o Curso. Com sua grande experiência ajudou a esclarecer os problemas. Foi para nós um exemplo como pai, profissional e cristão.
- **Dra. Elsa Oliveira** — Muito boa no conteúdo. Convicta, aberta, dinâmica. No início, pareceu ter dificuldade em falar para um auditório “religioso”. Deveria falar mais vezes aos religiosos.
- Realçamos a importância da integração da equipe: terapeuta, psiquiatra, psicólogo e moralista.
- Deram um testemunho REAL de entrosamento e união. Foi patente a SEGURANÇA que demonstraram na explicitação dos temas.

— Deram-nos uma valiosa contribuição sobre o grave problema da **HOMOSSEXUALIDADE**.

— Desempenharam de modo **BRILHANTE** a tarefa proposta pela **CRB**.

— Fizeram colocações claras e oportunas revelando conhecimento profundo, grande experiência no trabalho delicado de ajudar a resolver o problema da formação e recuperação da **PERSONALIDADE** humana e religiosa.

— Esperávamos “**SOLUÇÕES**” e “**RECEITAS**” e eles nos questionaram profundamente, deixando-nos a refletir seriamente quanto à seleção e acompanhamento dos candidatos. Parabéns pela pedagogia empregada.

— Foram bastante perspicazes na dosagem dos conteúdos, objetivos na abordagem do problema sem ideologias ou parcialidades.

— Caminharam com o grupo demonstrando lucidez e clareza de objetivos.

— Transmitiram-nos tranqüilidade e segurança, deram-nos uma visão global do homem no seu **MINISTÉRIO**.

— A **CRB/Nacional** foi muito feliz em nos trazer esta equipe. Além do rico conteúdo, nos transmitiram um excelente testemunho pessoal de vida.

## **5. Equipes**

### **Liturgia, Refeitório e Bem-Estar:**

— Na medida do possível desempenharam bem seus papéis.

— A equipe de liturgia proporcionou momentos intensos de reflexão, principalmente durante a celebração da Eucaristia.

— A preparação prévia foi muito boa e evitou perda de tempo.

— Bastante válida a iniciativa da **CRB** em proporcionar o caderno de oração.

— Houve criatividade e deu oportunidade de variar o modo de conduzir a oração.

— A equipe do Refeitório foi abnegada, responsável e teve bom desempenho.

— O Grupo sentiu-se em família.

— O Grupo foi pouco disponível para a equipe do Bem-Estar.

— Embora havendo tanta gente com talento, houve pouco dinamismo.

## **6. Local e hospedagem**

— Local maravilhoso, o silêncio e a natureza favorecem o bem-estar físico e espiritual.

— Acolhimento excelente, ordem e pontualidade durante todos os dias.

## 7. Sugestões

- Que a CRB continue investindo esforços na ajuda aos Formadores.
- Precisamos de uma visão mais ampla sobre os votos sob o ponto de vista antropológico, psicológico e especialmente o aspecto MORAL dos votos.
- Que a CRB se empenhe em organizar equipes interdisciplinares para o atendimento aos religiosos afetados por problemas psíquicos mais profundos. Começar por um CENTRO em cada uma das capitais depois multiplicá-lo.
- Que a CRB promova outros Cursos nesse mesmo nível, na linha de PSICOLOGIA e MORAL.
- É urgente a que a CRB promova Cursos abordando a PERSONALIDADE em geral, AFETIVIDADE e SEXUALIDADE.
- Que haja uma Equipe NACIONAL para assessorar as Congregações nesse campo psicológico.
- Sendo de Nível Nacional, estender mais os dias do Curso.
- Faltou o aspecto "SOCIOLOGICO" que poderia ter sido abordado nesse Curso. Sugerimos a presença de especialistas na área Social.
- Que a CRB promova uma segunda etapa e aborde em profundidade outros problemas de AFETIVIDADE como a dependência, que continuam dificultando bastante a VIDA RELIGIOSA.

### **Cristo faz sua própria apresentação**

*Eu sou o Pão da Vida. Quem vem a mim não terá mais fome (Jo 6, 35). O Pão que eu darei é a minha carne, entregue para a vida do mundo. Eu sou o Pão Vivo descido do céu. Se alguém comer deste Pão viverá eternamente (Jo 6, 51).*

*Eu sou a Ressurreição e a Vida (Jo 11, 25). Como o Pai tem a vida em si mesmo, assim concedeu ao Filho ter a vida em si mesmo. E é esta a vontade de meu Pai: que eu não perca nenhum daqueles que Ele me deu, mas o ressuscite no último dia (Jo 6, 39).*

*Resposta clara e satisfatória à tendência e ao tropismo evidentes da criatura em direção ao infinito, àquele eritis sicut dii, àquela impossível passagem de criatura a criador.*

# SILÊNCIO PARA ESTA LEITURA

O silêncio é o fundamento do mundo interior. **Silêncio exterior**, isto é, ausência de rumor físico. Vive-se, hoje, cercado de barulho. Há um desperdício de sons que toca às raias de verdadeira psicose. O silêncio exterior é condição preliminar para o equilíbrio de nossa vida. A música, em excesso, é um mal. Muita gente trabalha ou repousa ao som do mais contínuo estridular de sambas, anúncios comerciais, notícias articuladas por locutores, tanto mais perniciosos para a **vida interior**, quanto mais ave-ludada e redonda a sua voz desencarnada de oráculos. Vive-se verdadeira insurreição contra o espírito. Esta polifonia enlouquecedora cria confusão, desordem e entorpecimento. A mais diabólica conseqüência, porém, do barulho é a passividade do espírito. Ele se acomoda. Não sente. Não reage. Não pensa sequer. É um estado de pré-hipnotismo. O silêncio exterior é condição essencial para a atividade da inteligência e da vontade.

**Silêncio interior.** É difícil sem o exterior. Aquele, às vezes, pode ser obtido sem este. Não por muito tempo. É imprescindível que, ao menos, à noite, o homem se acerque de uma auréola de silêncio para que possa viver. O silêncio interior se abebera à noite com o sono, o grande companheiro de nossa renovação cotidiana. Abebera-se, de dia, na solidão, na leitura, na meditação. Acima de tudo, na **oração**, na **graça**. Fontes humildes. Fontes transcendentais. Ao contrário do fogo, o espírito se alimenta do vazio. É preciso silêncio em nós para que o espírito comece a viver. À medida em que o silêncio nos domina, vão se delineando as formas e os pensamentos. O passado ressurgem mais claro do esquecimento. A atenção se apura. Cresce a agudeza dos juízos. Os sentidos interiores ganham forma à proporção que se tornam mais discretos os sentidos exteriores. O calor do espírito se faz mais ardente. A vontade mais firme. Sentimos melhor o nosso eu que fica, tantas vezes, escondido em nós, por falta de silêncio.

O silêncio, então, se torna Canto. Desabrocha em palavras. A plenitude da palavra é o silêncio. E a plenitude do silêncio é a palavra humana que acaba entendendo o **Mistério do Verbo** e acaba **dialogando com Deus** que é capaz de explicar o mistério humano. No silêncio ouve-se a voz das coisas. Sem o silêncio passamos por elas distraídos. Se o rumor pode ser estímulo à ação, só o silêncio nos habilita a penetrar o segredo das coisas. Deus fala quando o homem cala e se cerca de silêncio. Só em silêncio podemos chegar à compreensão do Outro. O Outro passa a existir. Não é inimigo nem perseguidor.

Conheça e experimente o valor do silêncio. Não há privilegiados do silêncio. São todos os homens, é cada um de nós, é a própria vida humana, para ser bem vivida, que tem fome e sede de silêncio.